

Rosângela Rosa Praxedes

Negros de classe média na cidade de Maringá

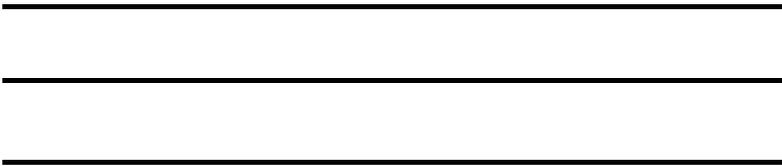
Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação da Profª. Drª. Josildeth Gomes Consorte.

São Paulo
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Rosângela Rosa Praxedes

Negros de classe média na cidade de Maringá

Sumário

Agradecimentos, 5

Resumo, 6

Summary, 7

Introdução, 10

Capítulo 1 - Reflexões sobre cor, raça e classe média negra, 22

1.1 - Em torno da noção de classe média: uma tentativa de construção de um referencial teórico, 23

1.2 – Reflexões sobre identidade negra no Brasil, 32

1.3 – Classe média negra e mobilidade social dos negros no Brasil, 42

Capítulo 2 - Posição social e estilo de vida de um conjunto de indivíduos considerados negros de classe média na cidade de Maringá, 49

2.1 – “Cor ou raça” e discriminação, 52

2.2 – Posição social e escolaridade, 68

2.3 – Religiosidade, 84

2.4 – Estilo de vida e consumo, 87

2.5 – Participação política, 94

Considerações finais, 101

Bibliografia, 105

Anexo, 110

Agradecimentos

À professora Dr^a. Josildeth Gomes Consorte, orientadora, que incentivou e orientou este trabalho com muita dedicação e profissionalismo.

Ao professor Dr. Kabengele Munanga, pelo apoio e incentivo e pelas sugestões realizadas no exame de qualificação.

Ao professor Dr. Miguel Chaia pelas sugestões realizadas no exame de qualificação.

Ao combativo IMNEAM (Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques).

Aos companheiros da Associação União e Consciência Negra de Maringá.

Um agradecimento especial aos informantes que gentilmente disponibilizaram o seu tempo e a sua atenção para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação foi elaborada tendo em vista a formação de um agrupamento social específico, composto por indivíduos que se reconhecem como negros e podem ser considerados como pertencentes a uma classe média negra que reside e trabalha na cidade de Maringá, Paraná. Entre os objetivos que orientam a realização deste estudo está o de contribuir para a produção acadêmica que analisa as relações raciais na sociedade brasileira. Ao enfocarmos o segmento negro da população brasileira residente em uma cidade de porte médio como Maringá, investigamos os atributos que incidem sobre a formação da classe e de sua identidade, supondo-se, com isso, que tal segmento concebe-se como grupo social distinto, tanto do ponto de vista material, como do ponto de vista simbólico.

Esta dissertação está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo contém uma revisão bibliográfica e o estabelecimento do referencial teórico sobre cor, raça e classe social para evidenciação das noções teóricas de classe média e de identidade negra empregada neste estudo. No segundo capítulo serão apresentados os resultados alcançados através da aplicação do questionário aplicado para coleta de informações; serão explicitados os critérios adotados para a escolha dos informantes e as situações significativas ocorridas durante o processo de aplicação dos questionários, acompanhadas da análise e interpretação das informações obtidas. Nas considerações finais são sintetizados os resultados alcançados, que levaram à constatação da ocorrência de um processo de formação de uma classe média composta por indivíduos negros na cidade de Maringá, que, a despeito das discriminações raciais vivenciadas, realizaram um processo de mobilidade social ascendente.

Unitermos: negros – classe média – Maringá – mobilidade social - racismo

Summary

The focus of this dissertation was the formation of a specific social group composed by individuals who recognize themselves as black, and who can be said to belong to a black middle class, living and working in the city of Maringá, Paraná. One of the aims of this study is to contribute to the academic production that analyzes the racial relationships in the Brazilian society. When focusing on the black segment of the Brazilian population residing in a medium-size city like Maringá, we investigate the attributes that are responsible for the segment formation and for its identity, assuming, with that, that such a segment sees itself as a different social group, from the materialistic as well as the symbolic point of view.

This dissertation is divided in two chapters. The first chapter contains a bibliographical review and establishes the theoretical reference on color, race and social segment in order to show the theoretical notions we used in our study. The second chapter shows the results we gathered. We used a directed questionnaire in order to gather the information. We also explain the criteria we used to choose the interviewees and the significant situations that took place during the interviews, accompanied by the analysis and interpretation of the gathered information. In the final considerations, we sum up the results obtained, which led us to verify the presence of a formation process of a black middle class in the city of Maringá. Despite the racial prejudice, they were able to accomplish an ascending social climbing process.

Keywords: black people - middle class - Maringá - social climbing - racism.

À minha mãe Nair

Cada época cria novos atores e atribui papéis novos aos já existentes...

Milton Santos (2001, p.134)

Introdução

O estudo sobre a mobilidade social ascendente da população brasileira, em particular o aumento apontado por diferentes estudos demográficos das classes médias em relação aos demais segmentos populacionais, leva-nos a uma reflexão sobre as desvantagens raciais relacionadas à ascensão social dos indivíduos considerados negros.

Pesquisas indicam que a sociedade brasileira tem proporcionado algumas oportunidades de mobilidade social aos seus membros. No período entre 1973 e 1996, por exemplo, muitos brasileiros ascenderam socialmente, conforme apontam as análises de José Pastore e Nelson do Valle Silva (2000), que indicam, ainda, a ocorrência, no período em questão, de um considerável fortalecimento dos segmentos médios da população.

Na mesma direção, o professor Milton Santos considera que “...o chamado milagre econômico brasileiro permite a difusão, à escala do país, do fato da classe média. Na realidade, entre as muitas “explosões” características do período, está esse crescimento contínuo das classes médias, primeiro nas grandes cidades e depois nas cidades menores e no campo modernizado” (SANTOS, 2001: 135). Em números, a proporção da população de classe média em relação ao conjunto da população brasileira, segundo Guerra (2006: 64), que utilizou-se dos dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE, é de “um pouco mais de 15,4 milhões de famílias de classe média, o que equivaleu a 31,7% do total de famílias existentes no país”.¹ A quantidade de indivíduos que podem ser considerados como de classe média no Brasil, ainda segundo Guerra

¹ Segundo o mesmo estudo “esse segmento populacional possuía uma renda familiar mensal entre R\$ 985,00 (6,5 salários mínimos) e R\$ 10.982 (72,7 salários mínimos). Em valores de novembro de 2005, o piso e o teto da renda mensal das famílias de classe média equivaliam a R\$ 1556,30 e R\$ 17,351,56, respectivamente, se corrigidos pelo INPC/IBGE.”(GUERRA, 2006, p. 64).

2006, p. 64) é de cerca de 57,8 milhões de brasileiros, com renda per capita entre R\$ 263,00 (1,7 salário mínimo) e R\$ 2.928,00 (19,4 salários mínimos).

As informações relativas à presença de uma camada social que pode ser classificada como um “classe média negra” são muito heterogêneas e, portanto, de difícil comparação. A começar pelos critérios teórico ou empírico para se classificar ou não um segmento social como sendo de “classe média”, tema que é desenvolvido no primeiro capítulo desta dissertação. As informações disponíveis para acesso do público interessado na temática são bastante discrepantes. De acordo com alguns levantamentos de dados, embora a classe média no Brasil tenha crescido em termos relativos e absolutos, entre a população negra esse crescimento foi significativamente menor. Segundo dados do IPEA, a quantidade de negros pertencentes à classe média ainda é muito pequena. Apesar disso, a classe média negra das capitais brasileiras teve um crescimento relativo de 10% entre os anos de 1992 e 1999, chegando ao patamar de um terço da classe média brasileira (PINHEIRO, 1999, p. 63). Já em um levantamento realizado em 2003, um grupo de economistas do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), utilizando-se de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, concluiu que os negros (soma dos percentuais de indivíduos que se auto-declararam pretos e pardos) representavam 14,69% dos chefes de família que percebiam rendimento mensal igual ou maior a R\$ 1384,00, na época o limite de renda a partir do qual o indivíduo passava a ter que declarar Imposto de Renda. Segundo o mesmo levantamento, na comparação entre a PNAD de 1992 e a de 2001, o número de chefes de família com renda superior a cinco salários mínimos quase dobrou (FERNANDES e BARBI, 2003). Estes dados coincidem em grande parte com os estudos realizados pelo professor Waldir Quadros, que aponta o índice de 14,6% de homens negros ocupados que podem ser considerados dentro do padrão que o autor classificou como de “média

e alta classe média”, enquanto que entre as mulheres este índice cai para 5,8 das trabalhadoras ocupadas (QUADROS, 2004, p. 115).

De um modo geral, pode-se inferir dos dados acima que está ocorrendo em nosso país, um processo de ascensão social de indivíduos considerados pertencentes à população negra, embora o mesmo processo seja dificultado pelas inúmeras formas de discriminação racial existentes em nossa sociedade. **Esta dissertação foi elaborada tendo em vista uma presumida emergência e constituição de um agrupamento social específico composto por indivíduos que se reconhecem como negros, e podem ser considerados como pertencentes a uma classe média negra que reside e trabalha na cidade de Maringá, Paraná.**

A cidade de Maringá está situada ao norte do Estado do Paraná, a 440 quilômetros da capital, Curitiba e a 720 quilômetros da cidade de São Paulo. Fundada no ano de 1947, Maringá ocupa uma área de 487,93 Km². A população estimada no ano de 2003, segundo o IBGE foi de 300.300 habitantes.

No estudo publicado por Guerra (2006), com base nos Microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE, a cidade de Maringá está presente no ranking das 100 cidades com maior número de famílias de classe média, em 2005, ocupando a 52^a posição, com um número de 42.700 famílias de classe média.

Desde o início de sua formação a cidade esteve voltada para a agricultura, mas nos últimos anos vêm se consolidando uma significativa indústria têxtil e um importante setor de serviços, que atende uma extensa região formada por cidades menores. Segundo ainda o IBGE, a cidade possui 131 estabelecimentos de saúde e é também considerada pólo educacional, pois estando longe das capitais cumpre o papel de difusão cultural agregando sete faculdades particulares e uma Universidade Estadual, com aproximadamente 25 mil alunos. O número de

matrículas na rede escolar no ano de 2003 compreendeu, no Ensino Fundamental, 45.205 alunos; no Ensino Médio, 16.706 alunos e no Ensino Pré-Escolar 9.374 alunos.

A cidade foi fundada com base na exploração agrícola, principalmente cafeeira, que nos anos 50 representava uma possibilidade de trabalho e ascensão econômica e social para várias famílias das regiões vizinhas. Esses fundadores da cidade foram incentivados a adquirir terras através da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Na sequência vieram mais migrantes atraídos pelo desenvolvimento rápido da região. O processo de mecanização do campo e também as sucessivas geadas e, principalmente, a de 1975, provocaram um considerável êxodo rural em direção à cidade. Segundo índices do IBGE, em 1991 a população urbana de Maringá era constituída de 2,71% residentes na zona rural e 97,83% residentes na zona urbana, caracterizando-se como município urbano, o que contrasta com índices do Estado do Paraná apresentados no Censo demográfico do mesmo período, quando 73,35% de população era urbana e 26,65% rural. Situada na região noroeste do Estado do Paraná, a cidade está conectada com as outras regiões do país e com o mundo através de um entroncamento rodo-ferroviário que chega ao Porto de Paranaguá, além de possuir um Aeroporto Regional que conta com vôos diários para grandes e médias cidades brasileiras.

Dentre as atividades econômicas realizadas no município de Maringá, o setor primário pode ser considerado como um limitado fator gerador de empregos, pois apenas 2,58% da população reside na zona rural. O setor secundário, por sua vez, absorve 25% da população economicamente ativa. É justamente no comércio e nos serviços que se concentra a maior fonte geradora de empregos na cidade, absorvendo a maior parte da população economicamente ativa, sendo que na prestação de serviços há uma quantidade elevada de profissionais liberais como

médicos, engenheiros, professores, dentistas, advogados etc., superando em alguns setores a média brasileira em cada área em relação ao conjunto da população.

Esses e outros fatores possibilitaram a expansão da economia do Município de Maringá, que chegou a apresentar um PIB *per capita* elevado, maior do que o do Estado do Paraná em 28,74%, e maior em 38,25% que a média do Brasil no período de 1991-1994.

Com relação à classificação racial realizada pelo IBGE, de acordo com o Censo demográfico do Brasil – 1991-Paraná, a população da cidade era de 240.292 habitantes, sendo que a população branca era composta por 177.427 habitantes, a preta era composta por 5485 habitantes, a parda por 47.541 habitantes, a indígena por 114 e a amarela por 9.683 habitantes.

Entre os objetivos que orienta a realização deste estudo está o de dar uma contribuição à produção acadêmica que analisa as relações raciais na sociedade brasileira. Ao enfocarmos o segmento negro da população brasileira residente em uma cidade de porte médio como Maringá, poderemos investigar os atributos que incidem sobre a formação da classe e de sua identidade, supondo-se, com isso, que tal segmento concebe-se como grupo social distinto, tanto do ponto de vista material, como do ponto de vista simbólico.

Ao pesquisar trajetórias de negros que se distanciaram das probabilidades estatísticas negativas, ou seja os negros que não estão mais nas situações de marginalidade econômica e social, percebemos que a quantidade de estudos acadêmicos a este respeito ainda é restrita. Para dar continuidade a meus trabalhos utilizei-me de alguns desses estudos. Uma das primeiras leituras que me orientaram nesta pesquisa foi a biografia do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, médico negro do período da Primeira República, relatada por Oracy Nogueira (1992) sob o título *Negro Político, Político Negro*. O estudo do professor Oracy Nogueira oferece ao leitor um quadro histórico do final do período escravocrata, a partir da história de um caso de exceção na sociedade brasileira desta época, a ascensão social e política de um negro. O biografado, o doutor

Rocha, nasceu na Bahia em 1855, era um dos quatro filhos de Philippa Joaquina Dantas, diplomou-se em medicina em 1877 e foi para o interior de São Paulo, onde se tornou além de respeitado profissional um influente político, vindo a ser Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador. Ao acompanharmos a trajetória deste médico é possível percebermos as singularidades das relações raciais apresentadas no contexto de uma cidade do interior de São Paulo, e compreendermos as situações específicas vivenciadas por um homem negro ocupando um espaço de distinção e de *status* em uma sociedade discriminadora e racista.

Angela Figueiredo (2002) traz uma contribuição fundamental em seu estudo relacionado à ascensão de negros na Bahia, intitulado *Novas elites de cor: estudo sobre os Profissionais Liberais Negros de Salvador*. O livro é originário da dissertação de mestrado da autora, defendida na UFBA, em 1988. Ao abordar conceitos recorrentes à situação racial no Brasil, este estudo contém importante revisão bibliográfica, pesquisa empírica e análise de dados referentes a uma classe média de Salvador e procura compreender a importância atribuída “às características negróides no processo de ascensão social”, realizando um estudo com 25 entrevistados negros de posição econômica média, situados com relação aos rendimentos em uma faixa salarial entre 10 e 20 salários mínimos.

A trajetória de professoras universitárias negras apresentada como tese de doutorado no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo por Eliana de Oliveira (2004), intitulado *Mulher Negra Professora Universitária: trajetórias, conflitos e identidade*, também possibilita um entendimento das dificuldades de ascensão social sofrida pelas entrevistadas pelo fato de serem negras.

Alguns estudos feitos na região de Maringá no Paraná, monografias de curso de especialização em sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, sobre a temática “Reflexões sobre as Relações Interétnicas e a questão racial no Brasil”

classe média muitas vezes desconsideram o fato de o racismo existente na sociedade brasileira tornar suas perspectivas de ascensão frustradas, o que corresponde a reconhecermos que um conjunto de possibilidades teoricamente existentes, na prática podem se tornar inviáveis para um negro no Brasil, limitando efetivamente o campo de suas possibilidades, já que nem sempre o capital cultural acumulado pelos negros pode ser convertido em uma posição social correspondente, para utilizarmos as palavras de Pierre Bourdieu (1984).

Uma hipótese investigada neste estudo é a existência de um determinado padrão de consumo que influenciaria na constituição da identidade dos indivíduos negros, de modo a levá-los a utilizarem-se do consumo como estratégia de distinção e distanciamento em relação aos outros negros, e demais segmentos que se situam na base da pirâmide sócio-econômica do país. Além da busca por um consumo diferenciado, investigamos se o pertencimento a uma categoria de profissionais com nível de escolaridade universitário, com prestígio social, que não desempenha atividades manuais e que possui um nível de remuneração que propicia o consumo mencionado acima, pode também ser considerada uma outra âncora da identidade da classe média negra em Maringá.

Quando analisamos a situação de negros que já alcançaram a classificação social como classe média, surgem outras indagações relativas à sua “nova” identidade. Para uma reflexão a respeito, recorro a Munanga (1999, p.84), quando este discute a “...ambigüidade raça/classe e a mestiçagem como mecanismos de aniquilação da identidade negra e afro-brasileira”. Considerando-se que “...a ambigüidade da linha cor/classe social e o embranquecimento constituem mecanismos estratégicos que auxiliaram individualmente na ascensão de negro e mestiços na sociedade brasileira” (MUNANGA, 1999, p.96), para investigarmos como a ambigüidade cor/classe incide sobre a identidade dos negros de classe média em Maringá, um outro alvo deste estudo será investigarmos se para compor os seus grupos de convivência, os

informantes optam pela proximidade com indivíduos portadores de uma identidade racial negra, ou não, o que pode ser constatado, por exemplo, na frequência a espaços de moradia e de lazer.

Como afirma Maria Nilza da Silva, tendo em vista um talvez inconsciente desejo de “clarear” a si mesmo e a sua descendência, através da convivência com não-negros, “...a ascensão social pode representar algo não confortável para os negros”, que pode ser definido como um sentimento de “solidão étnica”, uma vez que “...nem sempre o poder aquisitivo representa aceitabilidade por parte do branco” (SILVA, s/d, p. 42).

Embora os estudos sobre o consumo das classes médias tenham dado maior ênfase nas práticas desenvolvidas por esses segmentos sociais, e menos sobre a maneira como esses grupos representam a si mesmos através do discurso, neste estudo realizo a aplicação de um questionário sobre a posição social e o estilo de vida do negros de classe média na cidade de Maringá, que busque informações passíveis de formalização. Neste sentido, o questionário pode indicar a aquisição de certos símbolos que garantam aos negros de classe média a distinção em relação ao restante dos negros pertencentes às camadas populares, como a posse de um diploma universitário, o exercício de um trabalho não manual e o cultivo de algumas práticas de consumo.

Com isso, leva-se em consideração que “...a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média” ou “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social*” (BOURDIEU, 1984, p. 7).

No que se refere ao início da pesquisa procurei fazer, num primeiro momento, o levantamento de dados bibliográficos sobre questões raciais e mobilidade social. Sobre o assunto específico “negros de classe média no Brasil” a bibliografia se mostrou escassa, o que me levou

a utilizar também dados quantitativos apresentados por institutos de pesquisa como o IBGE, DIEESE/SEADE.

Para o trabalho de campo elaborei questionário que possibilita percebermos alguns aspectos da condição sócio-econômica e cultural dos entrevistados, abordando a origem geográfica, nível de escolaridade dos pais, religião, trajetória educacional, e um conjunto de questões que evidenciam a posição social e estilo de vida dos informantes. Leva-se em consideração, portanto, que “a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo.” (BOURDIEU, 1996, p. 21).

Embora o recurso à aplicação de questionários possibilite a visualização do modo de vida dos entrevistados, procura-se neste trabalho, o distanciamento de um modo de pensar substancialista, pois segundo Bourdieu,

“é preciso cuidar-se para não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer (a nobreza, os samurais ou os operários e funcionários) as propriedades que lhes cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de *oferta* de bens e práticas possíveis. Trata-se, portanto, em cada momento de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades (a prática do golfe ou do piano) ou de bens (uma segunda casa ou o quadro de um mestre), eles próprios relacionalmente definidos.” (BOURDIEU, 1996, p. 17-18).

Os três primeiros questionários aplicados foram considerados para fins de teste do instrumento de coleta de dados e necessitei readequá-los. De modo a atenderem ao objetivo de

uma coleta inicial de informações sobre a posição social e o estilo de vida de negros de classe média de Maringá foram, então, adicionadas algumas questões que apareceram durante a aplicação dos questionários e outras que foram sugeridas pela orientadora da dissertação.

Esta dissertação está dividida em dois capítulos. O primeiro desses capítulos refere-se a revisão bibliográfica e ao levantamento do referencial teórico sobre cor, raça e classe social para evidenciação das noções teóricas de classe média e de classe média negra empregada neste estudo. No segundo capítulo serão apresentados os resultados alcançados através da aplicação do questionário acima referido, explicitados os critérios adotados para a escolha dos informantes e as situações significativas ocorridas durante o processo de aplicação dos questionários, acompanhadas da análise e interpretação das informações obtidas. Nas considerações finais procurarei sistematizar os resultados alcançados na presente pesquisa e apresentar alguns possíveis desdobramentos para a continuidade futura dos estudos sobre a constituição e a presença de uma classe média negra na cidade de Maringá.



Capítulo 1

Reflexões sobre cor, raça e classe média negra

Ao focar nesta dissertação de mestrado a identificação de negros posicionados socialmente como classe média na cidade de Maringá faz-se necessária uma abordagem que dimensione teoricamente a noção de classe média. Neste sentido, na primeira parte deste capítulo, a partir dos trabalhos de Wright Mills e Pierre Bourdieu pretendo desenvolver uma fundamentação teórica sobre a noção de classe média que possibilite a compreensão dos valores, formas de inserção social, cultural, política e profissional dos negros de classe média, bem como as relações sociais com os demais agentes do espaço social como indivíduos, agrupamentos sociais e instituições.

Pode-se adiantar, sumariamente, que a perspectiva teórica empregada como pressuposto para a reflexão a respeito das informações obtidas a partir da aplicação do questionário junto a 32 indivíduos classificados como negros de classe média na cidade de Maringá, foi influenciada pela sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, para quem os agrupamentos sociais, como as classes sociais, por exemplo, não podem ser entendidos como portadores de posições fixas e características essencializadas, mas sim como possíveis formas de constituição de uma coletividade política e social composta por agentes sociais que ocupam posições com maior ou menor proximidade no espaço social, segundo também os gostos e estilos de vida e as representações cultivadas sobre si mesmos, enquanto indivíduos e membros de camadas sociais específicas, membros de agrupamentos sociais e profissionais variados e instituições sociais.

A seguir, recorrendo à bibliografia atinente à temática s relações raciais, apresento algumas reflexões em torno da noção de identidade negra no Brasil, e encerro o capítulo discutindo os problemas que estão relacionados à mobilidade social ascendente e à constituição de uma classe média negra na sociedade brasileira.

1.1 - Em torno da noção de classe média: uma tentativa de construção de um referencial teórico

Combinando as a teorias de Marx e de Weber, Wrigth Mills procura situar e delimitar as posições sociais ocupadas por um novo segmento social que ele classifica como “nova classe média”. O trabalho de Mills pode ser considerado como um parâmetro para a definição das condições próprias de uma classe média que vêm se construindo com a presença de indivíduos considerados negros na cidade de Maringá. Para tanto, a partir do trabalho de Mills, podemos realizar um levantamento das características e atributos utilizados pelo autor que permitam o delineamento de parâmetros de pertencimento a uma nova classe média. Segundo Mills,

“Para compreender a nova classe média é necessário traçar pelo menos um esboço da estrutura social de que ela faz parte. O caráter de uma camada social consiste, em grande parte, em suas relações, ou ausência de relações, com as camadas superiores e inferiores. Suas características ressaltam dessa comparação. A situação da nova classe média, refletindo condições e modos de vida de que participam hoje as classes superior e inferior, pode ser considerada como o sintoma e o símbolo da sociedade contemporânea em seu todo.” (MILLS, 1976, p. 22)

Para explicar a emergência de uma nova classe média Mills toma como ponto de partida as disposições da camada social denominada por ele como “antiga classe média”. Em outras

palavras, para entender a emergência de uma “nova classe média”, Wright Mills analisa o deslocamento das posições de prestígio e poder da “velha classe média”. Embora o estudo em questão esteja circunscrito ao contexto histórico dos Estados Unidos nos séculos XIX e XX, é possível utilizá-lo como referencial teórico em uma reflexão sobre a classe média no Brasil atual.

Em síntese, Mills nos indica que o surgimento da classe média nos Estados Unidos está relacionado à formação de uma estrutura social baseada em pequenos empresários rurais dispersos ocupando o campo. Um processo de ocupação do campo diferente de regiões européias em que as terras eram ocupadas para a agricultura com base em tradições como a de herança por exemplo. Nos Estados Unidos o desenvolvimento do campo iniciou-se da grande quantidade de pequenas empresas rurais:

“Nunca houve na sociedade americana uma classe camponesa ou uma aristocracia no sentido europeu. A terra era ocupada por homens cujo individualismo absoluto implicava a ausência de vínculos tradicionais; não estando tolhidos pelo sistema de heranças da Europa feudal, eles estavam prontos e ansiosos para dar o impulso em direção ao capitalismo. Não se amontoavam em aldeias, mas dispersavam-se em um amplo território.” (MILLS, 1976, p. 26)

Ao analisar a sociedade dos Estados Unidos da metade do século XX, Mills afirma que tanto para os operários quanto para os “colarinhos-brancos”, que recebem salários-mês, “a América tornou-se uma nação de empregados, que não têm a menor possibilidade de acesso à propriedade independente. Suas oportunidades de receber uma renda, de exercer o poder, de gozar de prestígio, de adquirir e utilizar habilidades são determinadas pelo mercado de trabalho, e não pelo controle de uma propriedade” (MILLS, 1976, p. 83). De 1870 a 1940, nos Estados Unidos, apenas a “nova classe média” aumentou regularmente, segundo Mills, muito embora tal

classe social deva ser subdividida em três grandes camadas sociais neste período: antiga classe média, nova classe média e operariado. Nas palavras de Mills,

“Os empregados que compõem a nova classe média não formam uma só camada social compacta. Não emergiram num único nível horizontal, mas dividiram-se simultaneamente entre os diversos níveis da sociedade. Formam hoje uma espécie de nova pirâmide dentro da antiga pirâmide social, e não uma camada horizontal... Atualmente, os três maiores grupos ocupacionais na camada dos colarinhos-brancos são os professores, os vendedores, trabalhando dentro ou fora das lojas, e os vários tipos de empregados de escritório. Essas três categorias formam a massa dos colarinhos-brancos. Mais da metade dos integrantes da classe média americana ocupam empregos de colarinho-branco. Entre 1870 e 1940, os empregados de colarinho-branco elevaram-se de 15 para 56% dos níveis médios de renda, enquanto a antiga classe média declinava de 85 para 44%... Em termos negativos, a transformação da classe média representa uma passagem da propriedade para a não-propriedade; em termos positivos, é a passagem de uma estratificação social baseada na propriedade para uma estrutura baseada na ocupação. Compreende-se melhor o caráter e o bem-estar da antiga classe analisando-se a situação da propriedade empresarial; para a nova classe média é apenas um episódio na concentração da propriedade; a ascensão numérica dos novos empregados assalariados deve-se aos mecanismos industriais que deram origem às novas ocupações da classe média.” (MILLS, 1976, p.85)

Pode-se dizer que há uma complementaridade entre as abordagens do fenômeno das classes médias realizadas nos contextos dos Estados Unidos, por Wright Mills, e da França, por Pierre Bourdieu. Para o primeiro, a noção de camada social está relacionada à intersecção de diferentes dimensões como classe, ocupação, *status* e poder. (MILLS, 1976, p. 313), e para Bourdieu, “...a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser

definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média” ou “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social*” (BOURDIEU, 1984, p. 7).

Em outras palavras, na perspectiva de Bourdieu (1984) o espaço social é um espaço simbólico e relacional. Ser é estar em relação e possuir uma posição com o significado para o outro. Pode-se afirmar, então, que vários são os momentos que uma análise precisa conter para delinear os contornos de uma classe social, de modo a apreender e reproduzir a dinâmica e a diversidade dos sujeitos em relação numa sociedade.

“Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação, e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças as quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os ‘valores’ (no sentido dos lingüistas) necessariamente vinculados à posição de classe...” (BOURDIEU, 1984, p. 14).

Um trabalho como este busca evidenciar como alguns elementos da realidade social resulta de um processo histórico no qual as relações entre os indivíduos classificáveis como negros e os não-negros condicionam as suas ações práticas ou escolhas realizadas na vida social.

Como veremos as escolhas realizadas pelos indivíduos classificáveis como negros resultam de relações de dominação vivenciadas

“pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento... Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

Para tanto, busca-se neste estudo enfatizar a “primazia às relações”, como propõe Bourdieu, que se opõe à visão substancialista de indivíduos, instituições e grupos sociais como se estes fossem dotados de características tidas como naturais e objetivas. Como afirma Bourdieu,

“O modo de pensar substancialista, que é o do senso comum – e do racismo – e que leva a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de essência, biológica ou – o que não é melhor – cultural, eleva aos mesmos erros de comparação – não mais entre sociedades diferentes, mas entre períodos sucessivos da mesma sociedade” (BOURDIEU, 1996, p. 17).

Para explicitar um pouco melhor a complexa abordagem de Bourdieu, podemos tomar como ponto de partida a inteligência da noção de “espaço social” que o autor emprega. A partir dos estudos das relações entre os agentes na vida social, Bourdieu constrói a noção teórica de

“espaço social” que designa uma realidade social ao mesmo tempo empírica e apreensível teoricamente, e deve ser situada historicamente:

“As noções de espaço social, de espaço simbólico ou de classe social não são, nunca, examinadas em si mesmas e por si mesmas; são utilizadas e postas à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica que, a propósito de um objeto bem situado no espaço e no tempo, a sociedade francesa nos anos 70, mobiliza uma pluralidade de métodos quantitativos e qualitativos, estatísticos e etnográficos, macrosociológicos e microsociológicos ...” (BOURDIEU, 1996, p. 14).

Esta análise relacional da sociedade proposta por Bourdieu está direcionada à percepção e ao entendimento da “relação entre as *posições sociais* (conceito relacional), as *disposições* (ou os *habitus*) e as *tomadas de posição*, as escolhas que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, na cozinha ou no esporte, na música ou na parte política etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 18). Ao estudarmos o espaço social a partir de uma percepção das propriedades relacionais, notamos que os agentes sociais estão imbuídos de traços de distinção, traços que podem ser notados pelas maneiras de comportamento, linguagem verbal e corporal, modo de vestir, hábitos de lazer e de consumo, local de moradia, entre outros. A maior aproximação ou o distanciamento do conjunto de traços de distinção e suas representações simbólicas sugere a possibilidade de pertencimento de um agente a grupos ou classes no espaço social imaginado.

As diferentes posições ocupadas no espaço social são distribuídas de acordo com “dois princípios de diferenciação” que Bourdieu considera centrais nas sociedades contemporâneas capitalistas do ocidente que são o “capital econômico” e o “capital cultural” concentrados pelos

agentes. Para utilizarmos mais uma vez uma explicação de Bourdieu sobre a sua teoria, podemos afirmar que

“...ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes (ou de classes construídas como agentes), isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de habitus (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses habitus e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo” (BOURDIEU, 1996, p. 21).

As marcas de distinção, tornam o agente significativo no espaço social. Neste sentido, não apenas os emblemas, distintivos passíveis de serem comprados como roupas, carros, objetos de adorno, denotam a diferença, trazendo consigo símbolos de prestígio ou de desprestígio social. Há elementos emblemáticos que não são comprados no mercado, porém podem exercer o papel de princípio de diferenciação, sendo considerados marcas de distinção positiva ou negativa, como a cor da pele negra ou a cor da pele branca.

A relevância dos dois princípios de diferenciação, o capital econômico e o capital cultural, nos remete a indagar como se expressam então as classes sociais e suas distinções no espaço social. Segundo Bourdieu,

“Construir o espaço social, essa realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes, é ao mesmo tempo possibilitar a construção de classes teóricas tão homogêneas quanto possível da perspectiva dos dois principais determinantes das práticas e de todas as propriedades que daí decorrem.

O princípio de classificação assim posto é verdadeiramente explicativo. [...] Mas a própria validade da classificação arrisca a indução a ver classes teóricas, agrupamentos fictícios que só existem no papel, por uma decisão intelectual do pesquisador, como classes reais, grupos reais, constituídos como tais na realidade” (BOURDIEU, 1996, p. 24).

Muito longe de serem consideradas como agrupamentos com posições fixas e com características essencializadas, as classes sociais para Bourdieu são possíveis formas de agregação de agentes sociais que compartilham posições mais ou menos próximas no espaço social, gostos e estilos de vida parecidos e representações sobre si mesmos e sobre os demais indivíduos, agrupamentos e instituições sociais.

Considerando-se uma realidade social empírica, em determinadas conjunturas históricas tais agentes podem se configurar em uma classe social que se constitui e se mobiliza em torno da consciência e defesa de seus interesses econômicos e políticos coletivos e dos atributos materiais ou simbólicos relacionados à sua posição social. Para os indivíduos de classe média, sem propriedade econômica independente que gere renda, é determinante de sua condição social a situação de empregado que compete com outros empregados por uma posição no mercado de trabalho, em instituições públicas ou privadas, ou que presta serviços como profissional liberal. A ocupação profissional culmina na realização de uma carreira, com prestígio e renda sempre em crescimento ou pelo menos com estabilidade.

A proximidade no espaço social não torna a existência da classe social objetiva e inevitável, mas apenas possível, a partir da diferenciação em relação a outros segmentos da sociedade. A diferenciação se opera de acordo com a modalidade de capital que caracteriza o agente em questão. Por exemplo, a detenção de capital cultural, representado principalmente por títulos escolares que presumivelmente atestam o mérito e a competência do seu detentor, é uma

propriedade simbolicamente associada à classe média, que confere prestígio e credencia os seus membros ao estabelecimento de uma rede de relacionamentos, vínculos informais de confiança que Bourdieu denomina como capital social, torna possível a obtenção de cargos no mercado de trabalho, ou o estabelecimento de uma clientela que viabiliza a realização da carreira ocupacional.

Os dois tipos de capitais, o cultural e o social, são a base da diferenciação de uma virtual classe média em relação às outras classes sociais virtuais, caracterizadas principalmente pela posse de capital econômico, no caso das classes de proprietários capitalistas, ou pela falta deste, no caso dos trabalhadores sem propriedade e sem capital cultural reconhecido. A posição social, portanto, está associada às representações dos agentes sobre sua posição e sobre as posições sociais dos demais agentes que competem no espaço social e conseqüentemente condiciona as “tomadas de posições” nas lutas para conservar ou transformar o espaço, manter sua posição ou conquistar a ascensão social. Decorre deste raciocínio a afirmação de Bourdieu que sugere que “o espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele” (BOURDIEU, 1996, p. 27).

Para este estudo, leva-se em consideração a constituição da classe social como um conjunto de agentes que “ocupam posição idêntica no espaço social” que pode ser constatada no consumo e no estilo de vida dos membros. Segundo Bourdieu, “...as classes que podemos produzir recortando as regiões do espaço social agrupam agentes tão homogêneos quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais de consumo de suas opiniões políticas, etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 30). No tocante a esta pesquisa, é importante ressaltar que

“Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento, ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretencioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.” (BOURDIEU, 1996, p. 22)

Segundo Bourdieu cada agente no espaço social é detentor de um *habitus*, que pode ser definido como o conjunto de disposições incorporadas e desenvolvidas a partir da sua trajetória desde o nascimento, e da quantidade de capitais cultural, social, econômico e político herdados. Para Bourdieu, o *habitus* diferencia o agente e condiciona o seu estilo de vida, as suas práticas, relações de convivência no cotidiano e bens, daí a necessidade de utilização de um instrumental de coleta de dados como o questionário aplicado e discutido no próximo capítulo, a partir do qual podemos obter informações que levem à construção de um conjunto de variáveis como objeto da investigação sobre a presença de uma classe média negra na cidade de Maringá.

1.2 – Reflexões sobre identidade negra no Brasil

O processo de construção da identidade não está referido a um conjunto de propriedades fixas e dotadas de uma essência. Relacionado ao contexto sócio-histórico dos Estados Unidos, Manuel Castells discute o processo de formação de uma identidade de classe média negra. Cabe

ressaltar que Castells enfatiza, no processo de formação da identidade de classe média, a relação de conflito com os segmentos brancos da sociedade norte-americana. Segundo Castells,

“...os negros de classe média são precisamente os que se sentem mais frustrados com a desilusão com o ‘Sonho Americano’, sentindo-se completamente discriminados pela permanência do racismo, enquanto a maioria dos brancos acredita que os negros estão sendo favorecidos demais pelas políticas de ação afirmativa, reclamando de discriminação invertida...”, mas, de modo geral, “...os afro-americanos afluentes não se sentem bem-vindos na sociedade como um todo. Realmente, não são bem aceitos. Não só a hostilidade racial entre os brancos continua sendo uma constante, como as conquistas dos negros do sexo masculino de classe média ainda os colocam em uma posição bem inferior à dos brancos em termos de educação...” (CASTELLS, 2000, p. 75).

Um ponto a ser analisado através do raciocínio acima diz respeito ao efeito da distinção entre as classes, que tem gerado um afastamento entre os negros de baixa renda em relação aos de classe média, suscitando, em decorrência, a hostilidade entre os próprios cidadãos negros.

A noção de identidade é concebida, assim, como a visão que temos de nós mesmos em combinação com a forma que o outro nos vê, pois mesmo que a identidade seja atribuída ao indivíduo, ou “...seja adquirida por ele, ela sempre é assimilada por um processo de interação com outros. São outros que o identificam de certa maneira. Só depois que uma identidade é confirmada pelos outros, é que pode tornar-se real para o indivíduo ao qual pertence. Em outras palavras, a identidade resulta do intercurso da identificação com a auto-identificação. Isto explica até as identidades deliberadamente constituídas pelo próprio indivíduo.” (BERGER & BERGER, 1984, p. 212).

Manuel Castells, observa que “...identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e constituídas por meio de um processo de individuação” e toda e qualquer identidade é construída, sendo que identidades organizam significados, “o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto sustentável ao longo do tempo e do espaço...”. Situando-a historicamente e lembrando que a “construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder” (CASTELLS, 2000, p. 24) este autor propõe uma distinção entre os processos de construção de identidades:

Identidade legitimadora: Introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; [...] Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos; [...] Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2000, p. 24).

Como o processo de identificação jamais pode ser considerado uma via de mão única, a difusão da ideologia e das práticas racistas geram a conformação de uma identidade de resistência, que pode ser exemplificada pelas estratégias de distinção desenvolvidas pelos afro-descendentes de classe média para fugir das posições predeterminadas para o negro pelas formas de identidade legitimadora difundidas pelas instituições e classes dominantes. Segundo

Munanga,

“...a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.” (MUNANGA, 1994, p.177-178).

Podemos, portanto, considerar como um uma tentativa de legitimação da desigualdade racial a imposição da racionalização do racismo, exemplificada pela ideologia do branqueamento e demais formas de preconceito e discriminação racial contra o negro, existentes no Brasil, de acordo com as quais se reserva para o negro um espaço social, político, econômico e cultural subalterno. No Brasil, para a população negra o posicionamento no espaço social como classe média pode indicar a tentativa de superação dos estereótipos vinculados à cor, (admitindo-se que os negros se encontram muito freqüentemente realizando atividades desprestigiadas socialmente), e por isso constitui-se um problema que podemos associar a uma redefinição da própria identidade negra.

Como se não fossem suficientes as dificuldades de uma recente transição do país de economia agrícola para economia urbana industrial e de serviços, há, ainda, o peso da herança deixada pelo longo período de escravidão no país, que influencia o racismo a que os negros ainda são submetidos no processo de construção identitária, o que nos remete a algumas reflexões que acredito que sejam fundamentais a respeito dos discursos gerados em torno do termo negro, o que será realizado através de uma discussão sobre a discussão do termo negro que propõe Stuart Hall (2003).

Para Hall, o termo negro “funciona como linguagens”, uma vez que as formações nas quais situa o termo, baseadas em sua “própria experiência tanto no Caribe quanto na Inglaterra, não encontram uma correspondência exata na situação americana” (HALL, 2003, p. 187) e, poderíamos acrescentar, muito menos no Brasil. Negro, Preto, Black são distinções classificatórias que devem ser contextualizadas. Os próprios tradutores de Hall para o português preferiram traduzir black por negro, e não por preto, por exemplo.

Nascido na Jamaica em 1932, Hall viveu sua infância e adolescência cercado pelas contradições impostas pela condição de pertencer a um país colonizado. Outro aspecto marcante em sua formação foi o fato de pertencer a uma família de classe média, uma vez que a posição social e o estilo de vida de sua família estavam condicionados pelas diferentes formas de classificação e de reconhecimento existentes entre as frações de classe e de cor das quais seus pais vieram (HALL, 2003, p. 407).

O pai de Hall pertencia a uma família de classe média baixa e mista etnicamente, composta por africanos, indianos, portugueses e judeus . Já sua mãe tinha origem familiar na classe média mais próxima culturalmente e economicamente dos colonizadores, tanto a pele clara quanto as origens ligadas aos antigos engenhos e valores culturais a aproximavam mais de uma cultura inglesa. Hall era o mais escuro entre seus irmãos, sendo que no seu ambiente social a pele escura estava associada a pessoas que ocupavam posições subalternas, inferiores socialmente. Hall foi sempre indentificado em sua família “como alguém de fora, aquele que não se adequava, o que era mais negro que os outros, o “pequeno coolie” etc”. Em uma entrevista publicada no Brasil na coletânea de ensaios Da Diáspora, Hall reconhece o desconforto de sua posição no meio familiar: “...desempenhei este papel o tempo todo. Meus amigos da escola, muitos dos quais provinham de famílias de classe média respeitáveis, porém mais escuros que eu, não eram aceitos em minha casa.” (HALL, 2003, p. 408).

A classificação do sujeito em relação a cor, posição social e raça é encarada, assim, como engendrada em contextos históricos específicos. Na Jamaica em que Hall nasceu e cresceu, era usada uma classificação que percorria uma escala de valores com inúmeras denominações, sendo que o termo *coolie* constituía o mais baixo nessa escala (“o mais humilde entre os humildes” de origem indiana), “os “negros eram o resto – a vasta maioria do povo, a gente comum”, o termo branco designava a mais alta posição nessa hierarquia classificatória. Já as nomeações existentes para diferenciar os colonizadores dos colonizados jamaicanos utilizadas pelos ingleses, na mesma época, era apenas a partir da oposição bipolar branco/negro.

“É possível, então, examinar o campo das relações sociais, na Jamaica e na Grã-Bretanha, em termos de um campo interdiscursivo gerado por pelo menos três contradições (classe, raça e gênero), cada qual com uma história diferente, um modo distinto de operação; cada qual divide e classifica o mundo de formas diferentes. Seria então necessário, em qualquer formação social específica, analisar como a raça e a classe, a raça e o gênero são articulados um com o outro para estabelecer posições sociais condensadas. As posições sociais, pode-se dizer, são aqui sujeitas a uma “dupla articulação”. São, por definição, sobre determinadas (HALL, 2003, p. 191-192).

O autor de “Da Diáspora”, tem uma ascendência diversificada, mestiça, hibridizada, para usarmos suas palavras, e talvez por isso tenha chegado à conclusão de que “não existe um eu essencial, unitário - apenas o sujeito fragmentário e contraditório que me torno” (HALL, 2003, p. 188), contrariando a impressão de que às vezes temos de que a identidade possui uma essência fixa e imutável ou uma substância inerente ao sujeito.

Decorre dessa concepção de identidade como mutável, transitória, contraditória e como resultante das relações sociais entre os sujeitos a afirmação de que “...as velhas identidades, que

por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2002, p. 7)

Também se relaciona à característica transitória das identidades a dificuldade para definirmos o termo negro, como se fosse uma cor que se tem ou não tem. A cor de um ser humano é sempre presumida, uma vez que cor é uma categoria classificatória criada culturalmente. A atribuição ou a auto atribuição de cor é a tentativa de situar um sujeito em um contexto social usando uma presumida aparência para posicionar o referido sujeito nas relações de poder como dominante, subalterno, igual, diferente.

Muitas das características presentes na cultura jamaicana encontram correspondência, portanto, com a maneira de classificação racial existente no Brasil, que opera nas mentes a partir da associação da tonalidade da pele com a posição ocupada na estrutura sócio econômica da sociedade, o que torna praticamente indissociáveis as categorias cor, raça e classe social na hora em que é identificado um brasileiro como preto, branco, moreno, negro etc.

Para dimensionarmos melhor a forma de classificação racial existente no Brasil, podemos recorrer ao clássico estudo sobre as relações raciais de autoria de Oracy Nogueira (1979), que apresenta como contribuição fundamental a definição de critérios classificatórios baseados em conceitos elaborados a partir da diferenciação das formas de discriminação racial, tendo como referencial as manifestações de preconceito e de discriminação existentes no Brasil e nos Estados Unidos em relação aos indivíduos considerados negros. Para o professor Oracy Nogueira, as duas sociedades “...constituem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: um em que o

preconceito racial é manifesto e insofismável e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de superar” (NOGUEIRA, 1979, p. 77).

O estudo de Oracy Nogueira foi elaborado para apresentação no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em São Paulo entre os dias 23 e 30 de agosto de 1954. Após várias versões, o estudo foi publicado como livro em 1979, com o título *Tanto preto quanto branco – estudos de relações raciais*. O autor diferencia em duas modalidades os pressupostos valorativos que orientam as atitudes discriminatórias, como podemos observar a seguir:

“Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, os sotaques, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem” (NOGUEIRA, 1979, p. 79).

No uso da caracterização acima, Nogueira (1979, p.78) chega à conclusão que o preconceito e as atitudes discriminatórias, nas formas em que se apresentam no Brasil, podem ser tipificados como sendo um “preconceito de marca”, em contraposição às situações correlatas que ocorrem nos Estados Unidos às quais o estudioso reserva a designação de “preconceito de origem”.

Outro aspecto relevante que podemos levar em consideração é que a preocupação em demarcar linhas de origem étnica e ou racial no Brasil tem variado de acordo com as

necessidades políticas, sociais e econômicas dos grupos que disputam a hegemonia na sociedade brasileira. Decorre disso que a identificação da origem e da cor da população não aparece em vários recenseamentos realizados ao longo da nossa História. A partir do final do Século XIX, em decorrência dos processos abolicionista e de proclamação da República, passa a ocorrer entre as elites dominantes em nosso país a necessidade de formulação de uma identidade nacional. O projeto de construção de uma nação, portanto, torna necessária a discussão das questões relativas à cor e à raça dos brasileiros, como já aparecem nos censos de 1872 e de 1890, por exemplo.

Um século depois, no censo de 1970, estes itens foram excluídos pelas autoridades. Época auge do Regime Militar, na década de 1970 manifesta-se a preocupação das instâncias de poder em afirmar a inexistência de racismo em nosso país, como já foi mais do que demonstrado pela vasta bibliografia a respeito do chamado “mito da democracia racial” no Brasil.

Durante o intervalo de tempo que vai da Abolição ao período de ditadura militar pós-1964, os aspectos ligados a cor e raça foram estrategicamente suprimidos ou não, de acordo ou com as políticas governamentais vigentes. As discussões atuais sobre a implementação de ações afirmativas revigoraram a controvérsia sobre cor e classificação racial dos brasileiros. A proposta de cotas para estudantes negros em universidades públicas trouxe de volta a discussão sobre a delimitação de raça, origem e identificação étnica, ou seja, colocou em pauta as seguintes questões: Como determinar quem são os herdeiros da segregação racial conseqüente da escravidão e do racismo contra negros em nosso país? Como determinar quem é negro ou quem é afro-descendente em um país miscigenado e em que a própria população se auto-define através de quase duzentas cores, como demonstra o resultado de uma pesquisa realizada pelo IBGE e divulgada em 2000?

As delimitações identitárias são flexíveis e flutuantes no decorrer de contextos históricos sociais. Em vários segmentos da sociedade, tanto nos chamados “novos movimentos sociais”

quanto nos setores governamentais, busca-se uma definição mais precisa na identificação dos negros brasileiros, com o objetivo de implementar políticas públicas de inclusão social, pois vivemos em um momento de reivindicações organizadas e de busca de alternativas que levem a diminuir as desigualdades sociais, inclusive as geradas pelo racismo.

Neste contexto de incertezas e de busca de definição de uma identidade negra, podemos recorrer novamente à contribuição de Oracy Nogueira, que indica que o preconceito de marca é predominante em nosso país, onde as nuances cromáticas da pele podem contribuir para um futuro mais ou menos promissor nos moldes de um sistema sócio-econômico competitivo e excludente. Embora, “a concepção de branco e não-branco, varie, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região” (Nogueira, 1979, p. 80), o recorrente anúncio do requisito de “boa aparência” nos classificados de emprego, esconde o objetivo maior: a rejeição aos negros, definidos de acordo com a tonalidade de sua cor, textura de cabelo. Quanto mais distante do padrão branco europeu de aparência, menores são as oportunidades no sistema educacional e no mercado de trabalho como também indicam inúmeras pesquisas sociais a esse respeito.

Considerando-se as definições de preconceito de marca e de preconceito de origem, segundo Nogueira, “...onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir...” (NOGUEIRA, 1976, p. 90). Como em nossa sociedade o preconceito e a exclusão raciais estão mais ligados à aparência do que à origem biológica e ou étnica, podemos utilizar como referência na tentativa de dimensionar a existência de um segmento de classe média negra no Brasil e, especificamente, na cidade de Maringá, o conceito de “preconceito de marca” cruzando-o ao de classe social, como faremos a seguir.

1.3 – Classe média negra e mobilidade social dos negros no Brasil

Ao abordar as dificuldades de ascensão social para a população negra na sociedade brasileira, Florestan Fernandes afirma que

“as nossas observações evidenciaram duas tendências globais. Primeiro, uma que se associa à proletarização. As parcelas da “população de cor” que lograram classificar-se socialmente, em sua quase totalidade, cabem nessa categoria. Segundo, outra que se vincula à ascensão do negro e do mulato a ocupações ou profissões cujo nível de renda assegura um padrão de vida e prestígio social mais ou menos característicos das classes médias da sociedade inclusiva. A nossa experiência demonstrou que esta tendência afeta um número muito reduzido de pessoas. Além disso, existem casos esporádicos de “indivíduos de cor “ e de “famílias negras” de fato pertencentes aos estratos superiores do sistema” (FERNANDES, 1978, p. 156-157).

A constatação de Florestan Fernandes é confirmada por pesquisas mais recentes, como a de Pastore e Valle Silva (2000), segundo a qual podemos verificar que a mobilidade social ascendente para a população negra continua limitada. Segundo Pastore e Valle Silva, dentre os fatores negativos gerados pela sociedade racista está a dificuldade de conversão da educação formal em posições ocupacionais compatíveis. Para os dois autores, referindo-se aos dados de sua pesquisa, as informações que coletaram “...sugerem que os não-brancos experimentam uma desvantagem na conversão de sua educação formal em posições ocupacionais, o que pode estar vinculado a processos de discriminação racial no mercado de trabalho” (PASTORE;VALLE SILVA, 2000, p. 95).

As desigualdades de oportunidades ocupacionais entre grupos raciais diferentes também podem ser inferidas dos estudos de Waldir Quadros. Segundo este autor “a desigualdade entre os segmentos localiza-se fundamentalmente no acesso desigual às ocupações melhor remuneradas” (QUADROS, 102, p. 2004). A partir de dados do PNAD, do IBGE, de 1992 e 2002, Quadros analisa os rendimentos mensais de indivíduos ocupados e os classifica, situando-os em grupos ocupacionais, nos seguintes níveis:

- o superior, renda acima de R\$2.500;
- o médio, renda entre R\$ 1.250 e \$2.500;
- o baixo, renda entre R\$500 a R\$1.250;
- o inferior, renda entre R\$250 a R\$500;
- o ínfimo, abaixo de R\$250. (QUADROS, 2004, p. 96).

A classificação acima descrita nos possibilita agregar o item rendimentos a outros fatores como nível de escolaridade e ocupação, orientando-nos à classificação de alguns indivíduos a uma possível classe média negra. Quadros associa os rendimentos a certos padrões de vida, neste sentido, o nível superior de rendimentos pode ser dimensionado como o de alta classe média e ainda a um reduzido número de ricos. Já o nível médio de rendimentos pode ser associado a um padrão de média classe média; o nível baixo de rendimento corresponde a um padrão de vida de classe média baixa; o nível inferior de rendimentos está relacionado a um padrão de vida de uma massa trabalhadores mal remunerados; no nível ínfimo estão os indivíduos com o pior padrão de vida, com a pior remuneração, e Quadros os associa a um padrão de vida de “lumpezinato”.

Em seu estudo, Quadros reconhece que a hierarquia quanto à diferença de rendimentos está associada à fatores econômicos, de escolaridade mas também a questão racial e de gênero e analisa o cenário de 2002 em que “apenas 29% dos ocupados negros inseriam-se num padrão de vida igual ou superior ao de baixa classe média, sendo 20% dos homens negros e 8,7% das

mulheres negras. Se nos restringirmos ao padrão de média e alta classe média, essa proporção cai para 20% dos ocupados negros, 14,6% entre os homens e 5,8% entre as mulheres. Cabe registrar que os negros representam 45% do total de ocupados.” (QUADROS, 2004, p.115). A análise de Quadros ao relacionar gênero e raça a rendimentos pessoais é que “de acordo com os dados disponíveis verificados, as desigualdades de rendimentos pessoais associadas a gênero e raça são pouco acentuadas no interior de cada nível social ou grupo sócio-ocupacional. Ou seja, os negros e as mulheres que conseguem ingressar nos estratos melhor situados, ainda que minoritários, aproximam-se das condições vigentes nos mesmos. Desta forma, as distorções localizar-se iam fundamentalmente nas distintas condições de acesso às ocupações melhor remuneradas” (QUADROS, 2004, p. 115).

Também deve ser recordado o difícil acesso à educação de boa qualidade por parte dos contingentes populacionais negros, pois “...em maior ou menor medida, dependendo do estrato social de origem, as pessoas do grupo não-branco contam com uma severa desvantagem no acesso a um recurso crucial na competição por posições na estrutura social, como é o caso da educação formal” (PASTORE; VALLE SILVA, 2000, p. 94).

Estudos feitos por Hasenbalg, indicam também as dificuldades específicas para a população negra, com relação à ascensão social quando apontam que estes “...sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos na mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas” (HASENBALG ;VALLE SILVA, 1988, p. 177).

Thales de Azevedo (1955), também deu uma contribuição significativa para o estudo dos processo de mobilidade social da população negra no Brasil através *do seu livro As Elites de Cor – um estudo de ascensão social, que* pode ser considerado um pioneiro estudo científico sobre a

temática. O livro, resultado de uma pesquisa realizada na cidade de Salvador, Bahia, no início dos anos cinquenta, analisa a mobilidade vertical de negros, os canais de ascensão social, resgatados através de inquéritos e observações diretas em escolas, universidades, clubes e análise de fotos da Polícia Civil. O livro de Thales de Azevedo nos apresenta depoimentos e dados que possibilitam algumas conclusões e inevitáveis comparações com a situação atual dos negros em nosso país. A obra em questão é resultado de pesquisas financiadas pela UNESCO, inseridas em um contexto em que os pesquisadores estavam interessados principalmente em entender as diferenças na convivência multirracial em diversos países, e tomavam como pressuposto que o Brasil da época era um modelo de democracia racial, e que a realidade brasileira, ou melhor baiana, era a demonstração de uma solução praticável para a convivência de diferentes grupos raciais.

A observação da existência de discriminação racial e da existência de desvantagens no fato de um indivíduo ser negro na sociedade baiana não inibiu o comentário segundo o qual “...parece que o ideal brasileiro de democracia racial em nenhuma parte se realiza como ali”, como afirma Charles Wagley no prefácio do livro. Como Wagley está se referindo à cidade de Salvador, é de se perguntar se o ideal de democracia racial seria então uma pequena quantidade de brancos estabelecidos em ocupações valorizadas socialmente e uma massa de negros paupérrimos servindo a estes brancos, todos vivendo em plena harmonia. Pelo prefácio de Wagley a industrialização poderia vir a ser um empecilho à inserção dos não-brancos, uma vez que estes não teriam alcançado ainda os níveis educacionais exigidos pela nova ordem econômica, mas como explicar que passados tantos anos a população negra não atingiu ainda os níveis educacionais dos brancos, já que não existiram leis que os impedissem de estudar ou de ascender profissionalmente? Provavelmente a resposta está no racismo à brasileira.

Podemos encontrar no próprio trabalho de Thales de Azevedo (1955) algumas indicações de que alguns entrevistados exteriorizavam suas convicções veladamente em conversas, mas dificilmente em notas escritas. Em outras palavras, o costume de não assumir em público o racismo já é antigo na “democracia racial brasileira”. Outra pista pode estar na influência das teorias biopsicológicas que concebiam que os negros eram um mal para a Bahia devido a sua “inferioridade psíquica”:

“Um crítico literário bahiano, comentando as obras do maior romancista brasileiro, Machado de Assis, assim formulou tal concepção: “o de que o nosso mestiço ainda está carregado, por efeito dos resíduos acumulados em sua alma pelo desenvolvimento social, é de defeitos de temperamento, de psicologia e de caráter, com reflexos evidentes sobre a vida mental. Se o mulato brasileiro é intelectualmente capaz e às vezes superior, ainda não é bom, não tem estabilidade ou equilíbrio interior, fortaleza de caráter. É do ponto de vista moral e psicológico que ele denota ainda uma grande inferioridade que não pode deixar de refletir-se na harmonia social, dada a influência que a vida brasileira dele recebe” (AZEVEDO, 1955, p. 59).

Embora o fragmento acima nos pareça um discurso antigo e em desuso, faz parte do imaginário social e surge em situações atuais em que os negros tentam ultrapassar as barreiras de classe. Ainda é interessante perceber na mesma obra a reação de não-negros quando o negro busca ocupar um espaço diferente daquele destinado a ele numa sociedade racista. O próprio Thales de Azevedo parece querer colocar o negro no seu “devido lugar” ao comentar que

“um aspecto importante do problema é que os pretos e mulatos escuros do operariado urbano, à medida que adquirem consciência de seus direitos civis e políticos, se mostram menos inibidos em seu comportamento diante dos brancos e não é sem ressentimento para muitos destes que ‘estes negros ousados’ falam alto na rua, passam à sua frente e não lhes cedem o lugar nos veículos coletivos, o que representa

uma forma de agressão aos que têm as características físicas e sociais do grupo dominante” (AZEVEDO, 1955, p. 68-69).

Quando o autor faz referência ao comércio como forma de ascensão do negro o que chamou-lhe a atenção foi a maneira como certas empresas estrangeiras tinham menos resistência a empregar e mesmo possibilitavam o avanço de negros em posições de responsabilidade na empresa. “Nos escritórios das grandes firmas importadoras e exportadoras, constituídas em parte de europeus como alemães, suíços, ingleses, as pessoas escuras são admitidas e podem alcançar posições de responsabilidade mas poucas vezes têm acesso ao quadro dos proprietários.” (AZEVEDO, 1955, p. 94).

Para concluir as reflexões sobre o importante trabalho de pesquisa e de análise de Thales de Azevedo, com relação à possibilidade de ascensão social para os negros e sua chegada nos segmentos sociais médios da população brasileira podemos concordar com o autor quando afirma que “até este momento, o principal canal de ascensão social, através o qual grande número de pretos e mestiços tem adquirido *status* elevado, é a educação” (AZEVEDO, 1955, p. 198). Neste sentido é que os negros de classe média se empenham na conquista de certos símbolos que garantam sua distinção em relação ao restante de negros e brancos pertencentes às camadas populares, como a posse de um diploma universitário, o exercício de um trabalho não manual e o cultivo de algumas práticas de consumo que envolvem diferenças no tamanho das residências, no modelo e ano do automóvel adquirido, no número de empregados domésticos e no modo de vestir. Apesar disso, os dados demográficos disponíveis indicam que a ascensão social da população negra tem como maior obstáculo a discriminação racial existente em nossa sociedade. Como nos indica uma pesquisa do economista Fernando Paixão,

“um abismo de 55 países separa o Brasil negro do branco: no ranking de qualidade de vida medido pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o negro brasileiro fica em 101º lugar, e o branco, em 46º lugar. Com isso os negros têm qualidade de vida comparável à de países pobres como Vietnã (101º lugar no ranking da ONU) e Argélia (100º lugar), onde o desenvolvimento humano é considerado de médio para baixo. Já os brancos têm qualidade de vida similar à de países como a Croácia (46º lugar) e os Emirados Árabes (45º lugar), de alto desenvolvimento.” (In: Jornal Folha de São Paulo 06/01/2002)

Ao incorporar uma representação do espaço social como um espaço em que é possível a ascensão social, os cidadãos negros muitas vezes relevam o fato de o racismo existente na sociedade brasileira tornar suas perspectivas de futuro frustradas, o que corresponde a reconhecermos que um conjunto de possibilidades teoricamente existentes, na prática podem se tornar inviáveis para um negro no Brasil, limitando efetivamente o campo de suas possibilidades, já que nem sempre o capital cultural acumulado pelos negros pode ser convertido em uma posição social correspondente.

Capítulo 2

Posição social e estilo de vida de um conjunto de indivíduos considerados negros de classe média na cidade de Maringá

Na pesquisa sobre um conjunto de negros de classe média na cidade de Maringá, realizei a aplicação de um questionário que possibilitou o levantamento de informações sobre parte da trajetória e o estilo de vida, abordando origem geográfica, nível de escolaridade dos pais, religião, trajetória educacional, e um conjunto de questões que evidenciassem a posição social e estilo de vida dos informantes. É importante frisar que leva-se em consideração neste estudo uma ressalva apresentada por Oracy Nogueira, no tocante à constatação da existência ou não de agrupamentos classificáveis segundo “cor ou raça” dos seus membros, uma vez que “...as expressões “grupo preto ou negro”, “grupo branco” ou “grupo pardo” empregadas em relação ao Brasil, têm antes o sentido de conjunto de indivíduos com esta ou aquela aparência física, do que de “grupos sociais”, já que estes implicam uma organização específica, não correspondente à mera soma estatística dos indivíduos” (NOGUEIRA, 1979, p. 89).

A idéia que norteou a elaboração das questões é inspirada no raciocínio de Bourdieu, segundo o qual “a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo” (BOURDIEU, 1996, p. 21).

Embora a aplicação dos questionários possibilite a visualização do modo de vida dos informantes, procurarei neste trabalho, não absolutizar ou tornar substanciais as propriedades

descritas nas respostas às questões, por considerar tais respostas representativas da situação e do momento da trajetória dos informantes, bem como de suas relações com os demais agentes do espaço social em que atuam, ou seja, procurei não considerar as respostas como características definitivas dos mesmos.

Para a elaboração deste questionário objetivei coletar informações que possibilitassem a análise das posições sociais ocupadas, relacionadas às disposições, ou *habitus*, segundo Bourdieu, e as tomadas de posição (escolhas) estabelecidas pelos agentes em sua trajetória. Neste sentido, as respostas às questões fornecem informações sobre o espaço social de origem do agente, como o local e ano de nascimento, grau de instrução, tipo de instituição em que realizou seus estudos (escolas e faculdades, particulares ou públicas), grau de instrução e profissão dos pais, dados que possibilitam uma comparação com as posições sociais já ocupadas pelo informante e pelos membros do seu grupo familiar de origem.

Considera-se, assim, que quanto mais se aproximam as dimensões capital econômico e capital cultural, mais elementos existem em comum, que podem favorecer a identificação e o sentimento de pertencimento a um segmento social. Os dados também possibilitam a constatação de possíveis situações de mobilidade social ascendente do informante comparando com sua posição social atual. Outras questões respondidas trazem informações sobre a possibilidade da existência de marcas de distinção, relações de proximidade ou distanciamento de padrões de consumo e de hábitos mais comuns associados a determinados grupos sociais. Em algumas questões o objetivo era avaliar a posição social ocupada pelo agente relacionando-a a rendimentos pessoais associados ao seu estilo de vida. As questões que indicam o posicionamento do informante em relação a sua postura no que diz respeito a racismo relacionado a negros foram, propositadamente, inseridas no final do questionário, pois, considere que neste momento o informante já estaria mais à vontade e responderia com

tranqüilidade sobre uma temática que nem todos os negros gostam de abordar por sentirem-se desconfortáveis ao lembrarem-se de situações racistas já vivenciadas por eles.

Iniciei a aplicação dos questionários em julho de 2004. A escolha dos informantes foi facilitada pela minha inserção, já de alguns anos, junto ao movimento negro atuante na cidade de Maringá, e por morar na cidade há dez anos. A partir deste contexto foi possível localizar rapidamente negros e negras que se adequassem ao perfil presumido para uma classe média. Escolhi para o pré-teste uma professora universitária. Ela demonstrou interesse pelo fato da pesquisa tomar como tema a classe média negra, sendo que, posteriormente, pude constatar através de outros questionários aplicados, como alguns entrevistados sentiam satisfação em participar da pesquisa, mesmo quando as situações descritas envolviam tensões relacionadas aos aspectos raciais do entrevistado. Outro aspecto que constatei durante a aplicação do questionário foi que alguns dos informantes sentiam-se constrangidos em falar de situações de discriminação racial sofridas diretamente, enquanto outros discorriam longa e detalhadamente sobre o tema. Outro desconforto aparente surgia na questão referente a escolaridade dos pais, que em geral são analfabetos ou com poucos anos de escolaridade, como veremos mais adiante.

De um modo geral, os entrevistados se mostraram à vontade para responder o questionário. Neste sentido, pode-se considerar que para que este levantamento de dados empíricos fosse bem sucedido, foi importante uma relação de cordialidade entre o pesquisador e o respondente. Pode-se inferir que esta situação está relacionada a alguns aspectos pertinentes ao trabalho de campo. O primeiro aspecto refere-se a uma possível identificação racial dos entrevistados com a pesquisadora (todos os questionários foram aplicados pela autora da dissertação). Outro motivo dos entrevistados não se sentirem constrangidos talvez esteja relacionado ao fato de que todas as entrevistas foram feitas em situações que não possibilitassem a interferência de terceiros. Em apenas um caso, o informante fez questão de que a esposa ficasse

ao lado dele. Os demais questionários foram aplicados apenas com a minha presença e a do informante. Ainda sobre as singularidades da coleta de dados é possível constatar que a relação estabelecida com os informantes foi profícua, já que eles aceitaram responder com empenho as questões apresentadas.

2.1 - “Cor ou raça” e discriminação

Uma das questões iniciais do questionário aplicado refere-se à “cor” do informante. Neste momento é importante ressaltar como se deu a escolha destes informantes, quais os critérios que utilizei-me para classificá-los como negros. Para a classificação de negros recorri à classificação de “cor ou raça” congruente com as reflexões teóricas de Oracy Nogueira (1979) sobre o preconceito de marca existente no Brasil, o que me levou a empregar como critério classificatório do termo “negro” a auto-identificação dos informantes como preto, pardo, mulato, moreno, negro etc.. Escolhi alguns dos informantes porque já os conhecia e sabia que se auto-classificavam como negros.

Por outro lado, a dificuldade de identificação dos informantes que surge quando a questão é cor trouxe-me alguns situações inusitadas. Em certa situação, uma amiga indicou-me uma pessoa para a pesquisa. Minha amiga é “branca” e definiu tal pessoa, que é ocupante de uma profissão prestigiosa muito respeitada socialmente, como negro. Fui conversar com este informante. Ele é visivelmente afro-descendente, moreno, lábios grossos, cabelos muito crespos, porém, ele se auto-identificou como branco, o que levou-me a descartar o questionário respondido pelo mesmo. Porém, além da minha amiga, no decorrer da pesquisa mantive contato com outras pessoas que me indicaram este mesmo profissional. Durante a pesquisa outro momento mostrou como a auto-identificação às vezes não coincide com a identidade atribuída

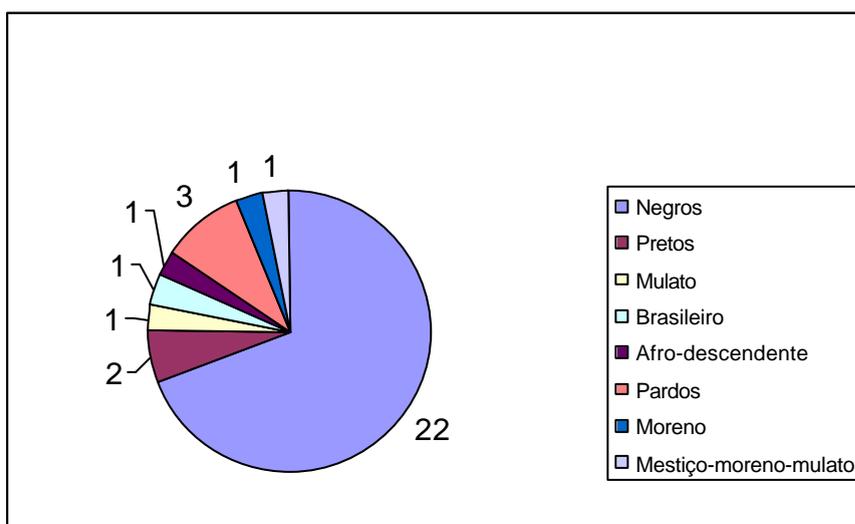
pelos outros, a chamada heteroatribuição. Neste caso, o informante se considera um afro-descendente, falou de sua ancestralidade negra miscigenada entre portugueses e espanhóis, mas disse-me e enfatizou que nunca sofreu discriminação racial, dando a entender que os outros não o vêem como negro, mas sim como um profissional que ocupa uma posição de prestígio elevado. Ocorre porém, que as indicações que me deram sobre este profissional, expressando respeito pelo seu profissionalismo e retidão ética, identificavam-no como negro. E em duas ocasiões, em círculos de conversa em que eu não estava presente, mas no qual participava um outro informante desta pesquisa, só havia brancos e a discussão era sobre problemas envolvendo irregularidades na administração pública da cidade, e as atitudes e encaminhamentos legais defendidos pelo primeiro informante, foram nas duas ocasiões “explicados”, como decorrentes de sua origem não-branca. A dirigente da reunião, ocupante de um dos cargos institucionais mais prestigiosos do campo educacional na cidade de Maringá e no Estado do Paraná, chegou a tecer o seguinte comentário: “não se pode falar isso, mas olha a cor dele” e não tocou mais no assunto. Ou seja, as atitudes do meu informante não eram aceitas por essas pessoas por motivos políticos e legais, mas a argumentação de refutação de seus atos declinou para a questão racial.

Ainda sobre a dificuldade gerada pela auto-identificação dos informantes, um outro respondente do questionário, negro, de pele bem escura, cabelo carapinha, traços fortes, que se identificou como pardo, mostrou-se um tanto perturbado com o fato desta pesquisa preocupar-se com o item cor. Por outro lado, outros indivíduos, visivelmente mestiços, ficavam orgulhosos de serem inquiridos e de poderem falar sobre seus ancestrais negros. Mas em um outro caso não pude considerar o questionário para esta pesquisa, pois, embora o informante se declare como “negão” e me falasse de sua mãe que é negra, ele não tem aparência de negro, e na cidade não é visto como negro, uma vez que, cabe recordar, norteiei esta pesquisa de acordo com as definições

de preconceito elaboradas por Oracy Nogueira (1979), no sentido de que o preconceito no Brasil é de marca e não de origem.

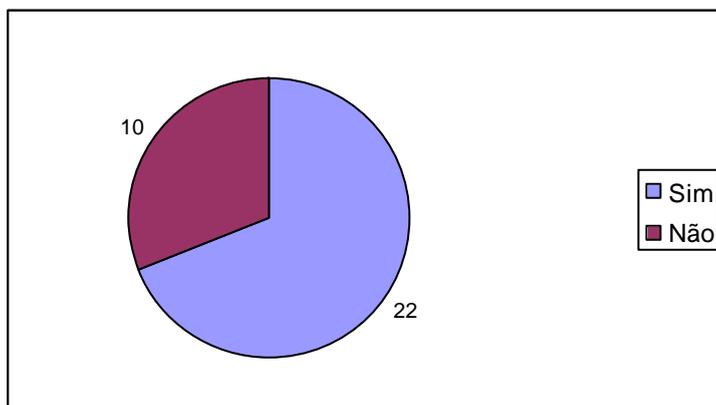
Apesar desses impasses de definições durante o decorrer da pesquisa, ao final escolhi os questionários dos informantes cujo fenótipo não deixa dúvidas sobre a sua ancestralidade negra, mas que ao mesmo tempo assumem a auto-identificação como negros, algumas vezes recorrendo à memória de sua ancestralidade. Em casos mais difíceis considerei a identidade atribuída socialmente para utilizar ou não o questionário aplicado, mas em alguns casos em que o possível informante não é passível de ser classificado como negro no Brasil, nem apliquei o questionário. É necessário levarmos em consideração os problemas de classificação de “cor ou raça” mencionados acima, pois os mesmos nos remetem à percepção das dificuldades enfrentadas por esses afro-descendentes com relação à sua identidade, o que corrobora com a afirmação do professor Kabengele Munanga, segundo a qual “...confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade cuja essência é fundamentalmente político-ideológico, é cometer um erro epistemológico notável.” (MUNANGA, 1999, p.108).

AUTO-ATRIBUIÇÃO DE “COR” OU “RAÇA” PELOS INFORMANTES



Como a figura 1 demonstra, no conjunto de 32 indivíduos, a auto-identificação dos informantes no que se refere à “cor ou raça” foi de 22 que se declararam negros; 2 pretos; 1 mulato; 1 brasileiro; 1 afro-descendente; 3 pardos; 1 moreno e 1 mestiço-moreno-mulato. Mesmo com os dados relativos à auto-identificação dos informantes fornecidos acima, uma indagação presente no questionário proporcionou a oportunidade para que fossem realizados alguns relatos que não deixam dúvidas sobre a identificação dos informantes como negros. Trata-se da seguinte questão: “Já foi vítima de atitude racista?”. Como opções para os informantes foram apresentadas as alternativas “Sim” e “Não”. De acordo com as respostas obtidas, 22 informantes responderam “Sim” e 10 responderam “Não”. Entre os que responderam que “não” foram vítimas de atitudes racistas, todos responderam normalmente à questão, dando a entender que a consideravam pertinente, uma vez que já haviam se identificado como “negros” em uma das primeiras questões apresentadas. Alguns destes chegaram a afirmar que possivelmente tenham sido vítimas de discriminação, mas em circunstâncias que não perceberam.

INFORMANTES QUE JÁ FORAM VÍTIMAS DE ATITUDES RACISTAS



Portanto, dos 32 informantes, segundo suas palavras, 22 vivenciaram situações em que outros manifestaram atitudes racistas em relação a eles. Vários quiseram relatar a sua memória sobre tais situações ou sobre circunstâncias que envolveram pessoas muito próximas a eles. Ao

apresentar esta questão como a última indagação do questionário, o procedimento de simples registro de respostas mais ou menos sintéticas teve que ser substituído por uma atenção redobrada à fala do informante que se transformava, então, em entrevistado, assumindo a condição de sujeito que decide o que e quando falar. As lembranças das situações em que os informantes perceberam preconceitos de terceiros em relação a si, ou mesmo situações de discriminação e animosidade geradas pela intolerância à cor da sua pele foram narradas espontaneamente, e registradas por escrito. Como a aplicação do questionário impresso para coleta das respostas não previa que os respondentes apresentassem relatos espontâneos sobre suas representações a respeito dos preconceitos e discriminações de que foram vítimas, a não utilização de um gravador pode ter se favorecido para que os informantes se sentissem à vontade, o que acabou permitindo que relatassem algumas situações tão constrangedoras que a simples lembrança deixara o informante, muitas vezes, sensibilizados.

Não gostaria de passar aqui a idéia de vitimização dos negros que contribuíram com os seus relatos para esta pesquisa (embora os negros sejam vítimas de uma estrutura social fortemente marcada pela discriminação racial em nosso país), pois nenhum dos que se mostraram emocionados durante o diálogo ensejado pela aplicação do questionário assume a condição de vítima, pelo contrário, são todos profissionais atuantes, valorizados e sabem que são respeitados socialmente. Para vários dos informantes relatar as discriminações raciais sofridas era uma situação de exceção. Vários declararam que nunca tinham falado sobre o assunto até então. A seguir serão apresentados alguns relatos de situações envolvendo atitudes de discriminação da forma como foram narrados pelos informantes, aos quais foram atribuídos nomes fictícios e que bem exemplificam as vicissitudes pelas quais passam os indivíduos considerados negros na cidade de Maringá.

Mara

Quando Mara concluiu um curso de pós-graduação, no final da década de 1990, apresentou uma monografia científica que foi considerada bem elaborada pela banca examinadora e pelos que tiveram contato com o estudo. Em virtude do mérito acadêmico do seu trabalho e da temática escolhida, Mara foi convidada para ministrar uma palestra em um projeto da Polícia Militar na cidade de Maringá, direcionado para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco denominado “Projeto Formando Cidadão”. O convite foi feito por telefone e prontamente aceito, já que Mara, além de ter concluído um estudo baseado em pesquisa, conhecia bem sua temática por trabalhar há muito tempo em projetos semelhantes. Mara chegou ao local da palestra antes do horário previsto, apresentou-se a todos que estavam na organização, e sentou-se à espera do início do evento. Depois de um tempo, Mara percebeu que os organizadores ainda esperavam pela palestrante, e então tornou a se apresentar, dizendo o seu nome e os organizadores afirmaram que estavam esperando Mara... a psicóloga. Neste momento ela precisou reafirmar seu nome, sobrenome e lembrar que foi convidada a ministrar tal palestra. Foi então que o comandante disse, segundo a informante “com ar de surpresa, mas sem maldade” – “Eu não sabia que você era negra!” Depois desses momentos iniciais de desencontro, tudo ocorreu normalmente, sendo que Mara foi aplaudida ao final de sua palestra.

O desconforto gerado pelo relato acima acontece mais vezes do que podemos supor, considerando que dentro dos estereótipos estabelecidos em nossa cultura, não se espera que uma mulher negra, mesmo que elegante e bem vestida, como era o caso da Mara, fosse a palestrante esperada, mesmo depois da mesma ter se apresentado e reafirmado o seu nome.

Pedro

Pedro, professor universitário, relatou que quando utilizava seu carro para trabalhar em instituições situadas nas cidades vizinhas a Maringá, frequentemente era parado e abordado por policiais rodoviários, que solicitavam sua documentação pessoal e do seu veículo. Mas logo o liberavam já que não costuma trafegar em alta velocidade e nem cometer infrações. O informante considera que o fato de estar dirigindo um carro considerado de luxo e de ser negro chama a atenção dos policiais, o que ficou evidente, segundo o próprio informante, quando ao conversar com os seus colegas de trabalho não-negros, e que fazem o mesmo trajeto, constatou que os mesmos praticamente nunca eram barrados pelos policiais.

Carol

Em um outro depoimento, Carol relata que já foi constrangida por ser negra em muitas situações, mas a que mais a entristeceu não foi diretamente com ela mas com sua filha pequena.

Segundo a informante, quando a sua filha entrou na idade pré escolar foi para um colégio particular de Maringá bem conceituado na cidade. Ela e o marido estavam bem contentes em poder proporcionar uma boa educação escolar à filha. Depois de algum tempo já freqüentando a escola, a mãe percebeu que a menina só brincava na escola com uma amiga de ascendência oriental. A mãe ficou pensativa sobre o fato, pois, no seu entendimento, com tantas crianças na escola, brincar sempre somente com uma lhe chamou a atenção. Mas acabou se acostumando com o fato, por pensar que muitas vezes as crianças escolhem seus amigos prediletos e só querem coviver com eles. Porém, conversando com a professora, esta afirmou que as duas crianças sempre brincavam juntas e não se relacionavam nem brincavam com as outras meninas. Mas ocorreu que depois de um dia letivo, a sua filha chegou em casa dizendo que estava triste e não queria mais ir para a escola porque gostava de brincar de “casinha”, mas que as colegas não

deixavam nem ela nem sua amiga brincarem, por que achavam que não seria possível para elas serem “filhinhas” na brincadeira pois uma era negra e outra japonesa, sendo que todas as outras colegas eram brancas.

A mãe não esperava ter que lidar com este tipo de situação, já que a menina brincava muito com as crianças da vizinhança e da família, e nunca tivera antes nenhum tipo de problema de comportamento. Sua filha costumava ser alegre e brincalhona com todos. Carol resolveu conversar com a filha, argumentando que “todos os seres humanos são filhos de Deus”, “como todos têm os mesmos direitos”, segundo suas palavras, e que o ocorrido não era motivo para deixar de freqüentar a escola. Mesmo assim, a mãe procurou a professora, que disse não perceber nada especial, mas que ia ficar mais atenta. Passaram-se alguns meses e a mãe encontrou a menina fazendo uma oração em que pedia para tornar-se branca. Ao conversarem a criança contou à mãe que suas colegas da escola disseram-lhe que se todos os dias ela pedisse a Deus para tornar-se branca ele a atenderia.

A solução encontrada por Carol e o pai da sua filha, que muitas vezes ia buscar a menina na escola e não gostava de vê-la isolada, foi mudar a menina para uma escola pública, por acreditarem que lá ela conviveria com mais crianças negras, e os contatos seriam mais diversificados em relação à “cor ou raça” e à classe social, sendo que estes aspectos, segundo o relato de Carol, ela e o marido consideram importantes para a educação das crianças, por gerar menos preconceito, mais aproximação e convivência mais harmoniosa ou pelo menos o hábito de resolver os conflitos através do diálogo.

Sérgio

Um outro informante desta pesquisa, Sérgio, relatou que um médio empresário, seu amigo e vizinho, branco, tinha problemas com sua esposa, também branca, e de tempos em

tempos a espancava. Depois de não suportar mais ficar calada, a esposa foi à Delegacia da Mulher registrar queixa contra o marido. Este foi chamado para prestar depoimento. Conta o informante que este sujeito era impetuoso e arrogante. Na delegacia o empresário não se sentiu acuado, pois segundo o informante ele sempre se achou no direito de bater na esposa. Quando esteve presente na delegacia, atendendo a intimação, ainda na sala de espera, onde vários outros indivíduos aguardavam o atendimento, uma das pessoas presentes explicou-lhe com toda a calma que não era daquela forma que os problemas conjugais deveriam ser resolvidos e que inclusive existiam penalidades para as situações em que fosse constatada a violência contra a mulher. O empresário, adotando uma postura muito arrogante, segundo o informante, disse não se arrepender, que faria novamente se fosse necessário, pois a mulher era dele. Neste instante a delegada, que era a pessoa com quem o empresário estava dialogando sem saber, chamou dois policiais e pediu que o prendessem. O empresário ficou pasmo, disse não estar entendendo, pensando que aquela era apenas uma conversa informal com funcionários da delegacia, mas confessou depois para o seu amigo (informante desta pesquisa), que se deu mal na situação porque “jamais imaginaria que aquela mulher negra” com quem dialogava, era a delegada.

Helena

Helena relatou a situação de constrangimento apresentada a seguir com a voz embargada e lágrimas ao final do relato. Era carnaval, ela, adolescente, ficou animada com o convite do gerente da loja em que seu pai trabalhava para irem, toda a sua família, ao baile de carnaval do clube da cidade. O gerente era muito amigo de seu pai que era considerado o “braço-direito” dele nos afazeres da loja. No dia combinado encontraram-se em sua casa o gerente, seus filhos, seu pai e foram para o clube. Foram todos muito animados, e durante o percurso Helena pensou que a mãe e os irmãos estariam perdendo uma boa festa pois não quiseram ir por não sentirem-se

bem naquele clube. Mas para a decepção de Helena, na portaria do clube, o porteiro, descendente de japonês, segundo palavras da informante, disse em tom resolutivo: -“A mocinha pode entrar mas o negro não!” Todos sentiram-se constrangidos. Mesmo depois da intervenção do amigo gerente, o pai dela decidiu que não entraria. Ela acabou entrando, o pai minimizou a situação e a convenceu de que deveria entrar com os filhos e as filhas do gerente que eram seus amigos. Helena conta que durante a festa esqueceu-se do episódio, mas voltando para a casa, chorou muito. Passado alguns dias o pai trouxe um livro “Vozes d’África” e disse para Helena que “a discriminação era a pior coisa que existia e que o “japonês” agiu daquela forma porque também fora discriminado e que ela deveria estudar muito para não sofrer constrangimentos como o seu pai.” Foi assim que ela decidiu-se por estudar direito, e tornou-se professora universitária. Voltaremos a este relato quando tratarmos da relação entre os níveis de instrução dos pais e dos filhos.

Daniel e Paulo

Segundo dois informantes que já foram atletas profissionais, no ambiente do esporte surgem muitas situações em que o racismo latente aflora. Daniel contou que às vezes os oponentes o xingavam de nomes que nem gosta de repetir, sempre sugerindo uma inferioridade pelo fato de ele ser negro. Mas as situações que o deixaram mais indignado foram as referentes a relacionamentos com as moças. Quando jovem, estudante universitário, jogava basquete, sendo alto, elegante, bonito, e jogando em times bem considerados nas cidades do interior, era bastante assediado por muitas mulheres. Em certa ocasião se envolveu com uma moça descendente de alemães. Estava indo tudo bem no relacionamento até que ela resolveu apresentá-lo para a família. Os pais não quiseram nem saber desta relação, não assumiram para ele o motivo, mas depois ele ficou sabendo que era pelo fato de ser negro. O outro ex-atleta, Paulo, lembrou de

duas situações em que foi agredido diretamente com referência à sua “cor” (segundo palavras dele) e muitas outras vezes em que a conotação negativa relacionada à raça se estabelecia de maneira indireta, como quando se tornou presidente de um clube da cidade, e ouviu muitas piadas, todas centradas no fato de ele ser negro. Paulo não costumava se zangar e levava tudo “na esportiva”, até rindo de algumas situações. Mas, disse também que “nem sempre a pessoa está pronta para amenizar tudo de desagradável que lhe acontece”, como ocorreu em certo jogo de futebol, do time do seu clube contra time de bancários de um grande banco estatal. O jogo foi tenso e o time de Paulo ganhou por um placar apertado. Ao final do jogo, um jogador do time adversário apalpando o próprio braço e dizendo “eu não sou igual a você”, dizendo que não era negro. Paulo sentiu-se ofendido principalmente porque o jogador estava acompanhado de uma criança que era seu filho. Paulo ficou pensando “como aquele homem podia ficar transmitindo a uma criança idéias tão deploráveis”.

Luísa

Luísa afirma que não percebeu ter sido discriminada diretamente, mas em muitas situações notou que receberia tratamento diferenciado se não fosse negra. De acordo com o relato da informante, isso ocorre principalmente em lugares públicos, como lojas, restaurantes, independentemente de serem lugares mais sofisticados, destinados a consumidores de maior poder aquisitivo ou lugares destinados ao comércio mais popular, em todos os casos já foi mal atendida, ou até nem foi atendida. Segundo Luísa, mesmo que esteja bem trajada e adequada à ocasião, provavelmente os vendedores associam o fato de ser negra a profissões desprestigiadas, demonstrando a expectativa de que ela seja uma trabalhadora braçal, geralmente empregada doméstica, mostrando produtos em promoção ou dizendo que certo produto é muito caro e mostrando um mais barato. Luísa resolveu relatar também o que ocorreu com sua irmã, também

negra. A irmã de Luísa certa vez fez uma compra por telefone. Acertou tudo, inclusive pagamento e foi buscar o produto na loja em dia e horário combinado. Lá chegando a atendente disse para a irmã de Luísa que esta deveria consultar sua patroa porque o objeto encomendado não tinha na cor combinada na compra. A irmã de Luísa precisou dizer a vendedora que a compradora era ela mesma, sendo que a vendedora demorou um pouco até acreditar que não estava tratando com a empregada de uma cliente.

André

André, que não se sentiu à vontade para narrar nenhuma situação específica de discriminação que tenha sido vítima, afirmou que gosta muito de viajar, fala vários idiomas, conhece muitas cidades do Brasil e já morou e viajou por países da América, da Europa e da África. André relatou para esta pesquisa que já ocorreram situações de discriminação racial em muitos dos lugares pelos quais passou, com exceção de Marrocos, onde sentiu-se melhor, no sentido de não “chamar a atenção pelo fato de ser negro”. Segundo André, “as atitudes racistas ocorrem em todos os lugares, mas mudam de forma, de acordo com contexto e as formas de relacionamento próprios de cada localidade, e dependem muito da situação, pois se manifestam mais quando se está fora do “seu espaço”, e principalmente nos momentos de tensão”.

Lúcio

Lúcio relatou que desde pequeno gostava de ler jornais, e lá pelos seus quatorze anos seguia uma rotina: todos os domingos de manhã, pegava a bicicleta e ia até a banca que ficava no centro da pequena cidade em que vivia para comprar o jornal “Folha de São Paulo” que gostava muito de ler. Numa dessas ocasiões, ficou chateado porque um transeunte perguntou se ele estava vendendo jornal. Segundo suas palavras, “neste momento pensei me perguntei porque o

homem não imaginaria que este jornal não poderia ser para a minha própria leitura ou para um adulto da minha família”. Atualmente Lúcio tem o jornalismo como profissão.

Renato

O advogado Renato conta que sempre procurou não pensar muito sobre racismo, ou se já fora vítima de discriminação racial, mas lembra que percebeu-se negro apenas quando entrou na adolescência. Renato morava em cidade muito pequena, segundo ele, quase uma vila, no interior de Minas Gerais. Lá todo mundo se conhecia, muitos tinham relações de parentesco ou de compadrio. Era uma cidade voltada à agricultura, e muitos dos habitantes eram analfabetos, inclusive os seus familiares. Renato sempre foi aluno que chamava a atenção por sua inteligência nas aulas e ia bem em todas as matérias. Quando terminou o curso primário (atual 4ª série do Ensino Fundamental) foi convidado a continuar os estudos em um colégio maior e melhor, um seminário, situado em cidade bem maior que a sua, e também mais distante desta. Foi quando Renato conheceu uma cidade que já não era mais aconchegante, onde os rostos não lhe eram familiares, e foi neste contexto que aprendeu “pelos outros” que ele era negro, pois até então era o Renatinho, filho de Dona Dita e do Seu Antenor..., na escola era “o aluno negro” do ginásial. Continuou sendo um aluno com destaque pelo seu desempenho, o que o levou a fazer mais de um curso superior e conseguir uma carreira proeminente, realizar muitas viagens pelo Brasil e o mundo, e adquirir um poder aquisitivo que, segundo suas palavras “proporcionou-me um patamar econômico improvável pelas condições materiais não só de minha família, mas também da maioria dos brasileiros”.

Júlia

Júlia fez questão de relatar essa história, antes que chegássemos à questão sobre a situação em que o informante tenha sido vítima de racismo. Ela contou que percebeu o racismo contra si por parte de terceiros em várias ocasiões, mas uma dessas ocasiões foi a que a deixou mais irritada. O fato aconteceu quando ela e o marido compraram um novo apartamento na região central da cidade de Maringá. Um apartamento de classe média, bem localizado e amplo para que pudessem dispor de mais espaço para os filhos pequenos. Estavam muito felizes neste novo endereço. Como Júlia trabalhava muito, quase não conhecia os vizinhos. Certo dia ao entrar no elevador social, uma moradora a preveniu de que ela deveria pegar o outro elevador, o de serviço. Júlia entendeu bem que a senhora estava pensando que ela fosse empregada doméstica, e pensou “não vou nem discutir com esta senhora, ela está errada de toda a forma, porque os empregados não tem que usar o elevador de serviço, a não ser quando estão levando equipamentos ou o cão para passear.” Pensou ainda que “estava muito cansada pelo dia intenso dia de trabalho, e não iria estragar seu final de dia com chateações e sequer respondeu à senhora, que ficou em silêncio também”. Júlia ainda teve suportar várias situações constrangedoras com a mesma vizinha, pois em outras ocasiões em que se encontravam no elevador, a senhora vinha com a mesma conversa, e Júlia apenas respondia que iria continuar pegando o elevador social, sem dizer mais nada. Certo dia tocaram a campainha de sua casa, era aquela mesma senhora, ela estava passando em todos os apartamentos para conversar sobre assuntos do condomínio. Quando Júlia abriu a porta, a moradora lhe pediu que chamasse a sua patroa. Júlia disse que ela poderia falar com ela mesma que era dona do apartamento. A mulher não acreditou, e insistiu para que Júlia chamasse sua patroa. Júlia perdeu a paciência e criou uma grande confusão, o marido ouvindo a discussão tensa foi ver do que se tratava. A senhora ficou sem argumentos, mas não se desculpou. Júlia afirmou que gostaria muito de não ter que se sentir assim,

constrangida, principalmente em situações em que não teria motivo nenhum para que sua aparência fosse evidenciada. Mas, segundo suas palavras, ela que tem consciência de que “são tão poucas as pessoas negras com poder aquisitivo para circular em certos lugares”, como o caso dela neste prédio, que num primeiro momento, os outros moradores não a reconhecem como igual, sendo necessário provar que ela também pode morar ali. Júlia também ponderou que essas situações são psicologicamente muito desgastantes, até por serem inesperadas, já que ela não vive o tempo todo pensando “eu sou negra e vou ser discriminada”, mas quando menos espera, de acordo com seu relato, alguém trata de avisá-la, sempre de maneira indireta dando a entender que “seu lugar não é aqui, você deveria morar em outro lugar, ter um carro mais simples, ter outra profissão.”

Marina

A professora Marina já relatou um triste episódio de sua vida algumas oportunidades. Desta vez relembrou enquanto respondia ao questionário. Quando terminou a Escola Normal era ainda jovem, mas já contava com razoável experiência profissional em sala de aula, uma vez que desde os dezesseis anos lecionara em cursos de alfabetização de adultos por gostar muito da atividade e também para aumentar a renda da família. Assim que se formou, fez concurso para ser professora da rede de escolas públicas do Estado do Paraná. Ela passou, mas teve que se mudar para uma cidade distante, situada no centro do Estado, e conhecida por temperaturas muito baixas e por ter muitos habitantes de origem européia. Marina ficou muito animada e feliz com sua nova vida. O que Marina não esperava era que as colegas de trabalho, as outras professoras, “agissem da forma como agiram”. Desde o primeiro dia de trabalho Marina tentou conversar com as colegas na sala dos professores, durante o intervalo, mas estas respondiam-lhe com monossílabos. Passou uma semana e com exceção da diretora, ninguém conversou com ela.

A turma de alunos de Marina ia muito bem, e ela se relacionava de forma agradável com as crianças, que demonstravam afeto por ela. Mas aquela relação difícil com as colegas de profissão a estava perturbando. Na Segunda semana de aula resolveu não esperar mais. No horário do intervalo, quando todas as professoras sentavam-se ao redor de uma enorme mesa, para tomar café e comer bolachas e bolos, Marina levantou-se e bateu forte na mesa porque nenhuma delas falava com ela. Como ninguém respondeu, Marina novamente bateu forte na mesa, fazendo muito barulho, e disse “vou fazer de conta que estou chegando agora, eu vou me apresentar novamente. Eu sou a professora Marina, sou formada pela Universidade Federal do Paraná, concursada e portanto colega de vocês. E seu exijo que vocês me respeitem como tal”. Ouve um silêncio de constrangimento na sala dos professores, mas aos poucos as colegas passaram a tratá-la com cordialidade e com o passar do tempo até foram estabelecidas algumas relações de amizade. Mas, segundo Marina, a diretora sempre que podia tentava prejudicá-la, inclusive ordenando que ela cuidasse da disciplina das crianças no pátio da escola no horário do recreio, “como se não fosse professora, e sim inspetora”. Mas Marina sempre se negou e mesmo sob ameaça de ser formalmente advertida resistia com determinação às atitudes discriminatórias praticadas pelas suas colegas.

Gilson

Gilson atualmente ocupa um cargo de primeiro escalão na administração municipal. Para esta pesquisa ele afirmou que já foi discriminado várias vezes por ser negro e relatou uma dessas situações. Ele tinha assumido um cargo de alto escalão na administração municipal. Certa vez precisava alugar um imóvel para a administração. Encontraram o imóvel adequado, as secretárias entraram em contato com a imobiliária, acertaram o negócio e marcaram horário para que o representante da prefeitura, neste caso o informante fosse até lá assinar o contrato. Chegando na

imobiliária, apresentou-se e pediram que aguardasse para ser atendido. Como tinha horário marcado, depois de esperar um bom tempo resolveu questionar sobre os motivos da demora, quando foi informado que ele deveria aguardar a sua vez, pois a dona da imobiliária estava esperando um representante da prefeitura com horário marcado para assinar um contrato. Então, ele voltou a se identificar e afirmar que o representante da prefeitura era ele, o que fez com que a atendente se desculpassem e o acompanhasse até a sala onde assinaria os documentos.

2.2 – Posição social e escolaridade

A partir do questionário aplicado tivemos acesso a algumas informações sobre as posições sociais ocupadas pelos informantes, permitindo uma comparação com as posições sociais já ocupadas anteriormente pelos mesmos, e com as posições sociais ocupadas por seus pais, o que indica a ocorrência de uma “mobilidade social intergeracional”². Também obtivemos informações sobre as origens geográficas, religiosas e educacionais dos agentes sociais pesquisados, indicadores que possibilitam entendermos as condições sócio-culturais familiares dos informantes.

Dos 32 questionários aplicados, vinte informantes são do sexo masculino e doze do sexo feminino. Esta presença desigual dos dois gêneros foi aleatória, muito embora possa indicar uma maior presença de homens negros que podem ser classificados como pertencentes a classe média, o que condiz com as informações sobre o mercado de trabalho nacional disponibilizadas pelo

² Os termos “intergeracional” e “intra-geracional” são empregados com os seguintes significados: para designar “...a situação do indivíduo em relação à de seu pai” o termo utilizado é “mobilidade intergeracional”. “Quando se analisa a situação do indivíduo em relação à sua primeira ocupação, trata-se de “mobilidade intra-geracional” ou “mobilidade de carreira”. (PASTORE; SILVA, 2000, p. 16).

IPEA, que apontam as mulheres negras como ocupantes das posições menos prestigiosas e que percebem os menores rendimentos (SOARES, 2000).

A informação sobre o local de nascimento dos informantes traz como indicativo que os mesmos são originários de cidades interioranas de vários estados do país. Dentre os interrogados, apenas um afirmou ter nascido em capital, que é o Rio de Janeiro, 16 nasceram em cidades do interior do estado do Paraná (destes apenas 6 nasceram em Maringá), 2 nasceram no estado de Minas Gerais, 2 informantes nasceram no interior do estado da Bahia, 1 no Rio Grande do Sul, 1 no Espírito Santo, 1 nasceu na Paraíba, e 7 em cidades do estado de São Paulo. Um dos informantes mora há quase duas décadas em Maringá e é oriundo de outro país, onde sua região geográfica de nascimento também é o interior do país de origem.

Em síntese, como uma consequência do município de Maringá ter sido fundado recentemente, em 1947, trata-se de uma cidade formada a partir de migrações recentes, sendo que boa parte da população adulta nasceu em outras cidades. Neste sentido se faz importante lembrar que entre as décadas de 40 e 80, a região norte do Paraná foi uma das áreas mais dinâmicas do país em termos de absorção de imigrantes, o que pode ser constatado através dos dados dos registros de casamentos dos cartórios da cidade de Maringá e região circunvizinha entre 1944 e 1980, que indicam como local de naturalidade dos cônjuges nada menos dos que 24 Estados da Federação e um número considerável de estrangeiros (LUZ, 1999, p. 151).³

³ De acordo com a pesquisa realizada pela professora France Luz, “nos 74.729 casamentos pesquisados na microrregião, envolvendo 149.458 pessoas de ambos os sexos no período de 1944 a 1980, constatou-se que 54.131 delas era naturais do Estado de São Paulo, o que representava 63,2% do total; os paranaenses ocupavam o segundo lugar, somando 49.140 pessoas, ou 33%. De Minas Gerais vieram 13,6% das pessoas que se casaram, enquanto os naturais da Bahia representavam 4,6% e os pernambucanos 2,5%. Os outros Estados da região Nordeste que apareciam com mais frequência como lugar de nascimento dos cônjuges eram Alagoas (1,7%), Ceará (1,3%), Sergipe e Paraíba (0,5% cada um). Os naturais dos Estados da região Sudeste, excetuando São Paulo e Minas Gerais, constituíam 2,3% do total das pessoas que contraíram matrimônio; os nascidos nos Estados da região Sul, com exceção do Paraná, totalizava 1,9% das mesmas. Os que nasceram nas demais unidades da Federação, somados com aqueles sobre os quais não há informação sobre a naturalidade, representavam apenas 0,5% do total. Os cônjuges originários de outros países somavam 2070, ou 1,4% do total” (LUZ, 1999, p.148).

Ao escolher os informantes, todos adultos, não levei em consideração idades limites, mas sim os aspectos relacionados à inserção social individual, escolaridade, renda e profissão. Sem dúvida estes critérios adotados implicam em um problema metodológico, que é compararmos indivíduos em fases diferentes de sua idade produtiva. Segundo Pastore e Vale Silva (2000, p. 18) entre os 45 aos 49 anos os indivíduos alcançam os níveis máximos de rendimentos, havendo depois tendência a um declínio. Em outras palavras, os critérios adotados para a escolha dos informantes levam em conta o fato de que se fosse limitada a uma determinada faixa etária, a amostra seria bem menor, uma vez que a quantidade de negros em Maringá que podem ser classificados com pertencentes a classe média é bastante ínfima. Em decorrência, dentre os informantes o mais novo nasceu em 1981 e o mais velho em 1939, sendo este um caso interessante de não ocorrência de mobilidade intergeracional (uma vez que os dois informantes são pai e filho), e embora o informante mais novo esteja em início de carreira, a tendência é de que não haja mobilidade intergeracional descendente uma vez que este, o informante, faz parte de um campo social que possivelmente lhe permitirá no mínimo manter o padrão sócio-econômico familiar. Devo assinalar ainda que um dos entrevistados preferiu omitir o ano de nascimento.

Algumas questões que se referem a local de nascimento, escolaridade, profissão e religião dos pais dos informantes. Ao analisarmos o local de nascimento dos pais o que chama a atenção é que apenas três mães e um pai nasceram no estado do Paraná. Além disso todos os pais e mães nasceram em cidades do interior, nenhum nasceu em capitais.

Dos informantes, 21 genitores nasceram em Minas Gerais, 15 genitores nasceram na Bahia, 10 são nascidos em São Paulo e 4 no Paraná. Dos outros Estados, a frequência é bem menor: 2 genitores do Rio Grande do Sul, 2 de Alagoas, 1 do Mato Grosso, 1 de Sergipe, 1 de Pernambuco, 1 do Ceará, 2 do Rio de Janeiro, 2 da Paraíba. Os pais de um dos informantes

nasceram em uma cidade interiorana da Colômbia. Como vimos acima, estas informações estão relacionadas à intensa absorção de imigrantes no norte do Paraná, que foi mais intensa durante as décadas de 40 e de 80 do século passado.

Podemos então inferir que os informantes ou os seus pais necessitaram, em algum momento de sua trajetória, de migrar de seus locais de origem para uma região que se lhes mostrava promissora na época, o norte do Paraná, para dar continuidade a seus projetos de vida. Em muitos casos a migração estava relacionada a estratégias individuais ou familiares com objetivo de ocupar melhor posição no espaço social, o que direta ou indiretamente culminou na conquista das pré-condições culturais, econômicas e sociais necessárias para a mobilidade social ascendente dos informantes.

A questão que se refere ao grau de instrução dos pais leva a uma melhor compreensão do estágio de educação formal que os pais dos informantes tiveram acesso. Resolvi considerar o grau de educação dos pais que estes me forneciam, sem adaptá-los para a nomenclatura da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, de 1996), por considerar que as respostas que traziam como informação que o pai ou a mãe cursou o ensino primário incompleto é mais significativa, no sentido de expressar melhor o número de anos cursados em estabelecimentos escolares do que se considerarmos como respostas os níveis “Ensino Fundamental” ou “Médio” incompleto, que poderiam significar uma quantidade maior de tempo permanecido na escola, uma vez que o Ensino Fundamental completo é de oito anos (e está sendo ampliado para nove anos) em contraposição o antigo “Ensino Primário” a que vários informantes se referem, que era composto por quatro anos.

Portanto, devo esclarecer que quando nos referirmos ao primário, estamos nos referindo ao “Ensino Primário” em que as crianças entravam na escola aos sete anos e o concluíam, se não reprovassem, em quatro anos. O “Ensino Ginásial”, seria mais quatro anos na seqüência do

primário, seguidos pelo Secundário de 3 ou 4 anos, antes de estarem aptos ao ensino universitário.

Outra denominação utilizada pelos informantes foi a de 1º grau para o ensino de 1ª a 8ª série, e 2º grau que significava mais três ou quatro anos após completar o 1º grau, sendo que o diploma de 2º grau significava que o aluno estava pelo menos credenciado formalmente para ingressar no ensino superior.

Pudemos constatar que os informantes são filhos de pais que na maioria dos casos não tiveram uma quantidade de anos de formação escolar que se aproxime da situação atual destes, ou seja, os informantes fazem parte da primeira geração em suas famílias nucleares que puderam alcançar níveis mais elevados no que se refere a educação formal, tendo acesso à obtenção de títulos que esta proporciona.

Quando analisamos a situação escolar dos pais, não é um muito diferente, quatro cursaram o ensino superior (completo ou incompleto), quatro o ensino secundário ou médio, oito o primário completo, seis o primário incompleto, quatro são analfabetos, dois alfabetizaram-se sozinho, um outro alfabetizou-se apenas quando adulto e quatro não obtiveram nenhum tipo de instrução escolar.

Partindo destes dados podemos interrogar-nos, o que não foi possível no desenvolvimento desta pesquisa, como foi possível que os filhos alcançassem níveis de educação formal muito mais elevados do que o de seus pais, uma vez que a tendência geral apontada pelas pesquisas educacionais indicam a probabilidade maior de que ocorra um processo de reprodução das condições de desigualdade no acesso ao sistema escolar entre as gerações, sendo que a escolaridade dos pais influencia fortemente a trajetória escolar dos filhos. Pastore e Silva (2000), através de suas pesquisas demonstram a existência de tal tendência à reprodução das desigualdades no sistema educacional ao afirmarem que enquanto que entre os filhos de pais que

nunca freqüentaram a escola, o número médio de anos de escolaridade é de apenas 3,2 anos, “o nível médio atingido por filhos de pais com nível superior também equívale ao nível superior, mais precisamente, 13 anos de escolaridade completa.” Para os dois autores, a escolaridade dos filhos de pais que nunca freqüentaram a escola é ligeiramente maior do que a de seus pais, porém não remetem a situação que favoreça mobilidade ascendente.

Pode-se entender melhor esta tendência apontada pelo estudo de Pastore e Silva, quando analisamos os dados referentes aos “Anos de Escolaridade por Status do Pai segundo a Cor – 1996” que indicam que “as distribuições educacionais dos entrevistados não-brancos estão consideravelmente mais concentradas nas faixas de escolaridade inferiores. Isto é particularmente acentuado, por exemplo, no caso dos filhos de trabalhadores rurais não-qualificados, em que 62,6% dos não-brancos não consegue ultrapassar os três anos de escolaridade, enquanto somente 36,5% dos brancos se encontram nessa situação” (PASTORE; VALLE SILVA, 2000, p.92).

Neste sentido os estudos de Pastore e Silva nos indicam que “quando se analisam os indivíduos que estão no estrato baixo-inferior (trabalhadores rurais), verifica-se que mais de 90% têm origem no mesmo estrato. Entre eles, a imobilidade é grande. Quem está nesse estrato é porque, seus pais também estiveram nele. Em outras palavras, para quem está nessa situação, o peso da herança social foi de grande importância” (PASTORE; VALLE SILVA, 2000, p. 50).

É relevante ressaltar que também para Bourdieu a escola e a família simultaneamente contribuem para a construção do habitus do indivíduo, uma vez que “.o habitus adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares (e em particular, da recepção e da assimilação da mensagem propriamente pedagógica), o habitus transformado pela ação escolar, ela mesma diversificada, estando por sua vez no princípio de estruturação de todas as experiências ulteriores (por exemplo, da recepção e da assimilação das mensagens produzidas e

difundidas pela indústria cultural ou das experiências profissionais, e assim por diante, de reestruturação em reestruturação” (BOURDIEU, 1994, p. 80). Assim, a família pode contar ou não com as pré-condições culturais e econômicas que formam e orientam os valores e atitudes relativos à experiência escolar da criança, favorecendo ou não o empenho e a valorização do sucesso escolar.

Voltando ao questionário da pesquisa recorde que alguns dos informantes apresentaram argumentos interessantes sobre a sua trajetória escolar. Vários disseram que eram alunos que se destacavam em termos de notas e que este foi um dos elementos favoráveis para continuarem os estudos. Há também os que estudaram em seminários, obtendo uma base escolar que favoreceu o destaque para estes informantes nos vestibulares de universidades públicas. Para outros, os pais tinham como projeto de vida “estudar os filhos”, como disse uma informante. – “Meu pai era caminhoneiro, estudou até a quarta série do Ensino Fundamental, mas valorizava tanto o estudo quanto outras formas de conhecimento”. Segundo a informante seu pai lia muitos livros e jornais, e adquirira muito conhecimento através das viagens que fazia a trabalho e, além de obrigar os filhos a serem muito estudiosos, sempre que podia os levava em viagens para o Brasil e países vizinhos. Segundo a informante, esses valores que seu pai passava para os filhos, valorizar a escola, ler, e também procurar conhecer outros lugares e regiões, contribuíram de maneira decisiva no seu desempenho escolar. A informante conclui que talvez por isso tenha sido sempre uma das melhores alunas de seu colégio, e embora não fosse muito disciplinada pois conversava em demasia assim que terminava as tarefas escolares, conseguiu concluir todas as etapas de estudo, situação não alcançada pelos vizinhos e colegas de infância do bairro de periferia em que morava.

Outra entrevistada refere-se à influência que o pai exerceu sobre a sua vida escolar, relatando que o mesmo, por dificuldades financeiras da família, só pôde estudar quando adulto,

mas que em virtude do seu empenho conseguiu concluir o atual Ensino Médio no mesmo ano que a filha. O seu objetivo era cursar uma faculdade, o que não foi possível porque veio a falecer pouco depois de concluir o Ensino Médio. Apesar dos percalços, do falecimento do pai, de limitações de ordem econômica, a filha deu continuidade aos estudos, contou com o apoio de sua mãe e atualmente ocupa um cargo de destaque na estrutura da Universidade Estadual de Maringá. Ao relatar essa passagem de sua vida seus olhos encheram-se de lágrimas e a entrevista concluiu o seu relato recordando que o primeiro livro cuja leitura a marcou profundamente foi dado por seu pai, e se chamava “Vozes d’África”.

Segundo as palavras de uma outra informantes, seus pais sempre foram rígidos quanto á necessidade dos filhos estudarem. Tanto ela quanto seus dois irmãos concluíram cursos superiores, todos em universidades públicas, e atualmente exercem profissões muito distantes, no espaço social, das exercidas por seus pais, a mãe empregada doméstica e o pai trabalhador braçal. Neste caso, a informante nos conta que o pai, já falecido, embora tenha estudado até a terceira série do antigo primário, era ótimo orador, se enveredou para a vida sindical e política, tornando-se vereador na cidade de Maringá quando ela era criança. Relata, ainda, que algumas imagens que traz na lembrança é de seu pai, alegre e sorridente em casa, bem vestido, sério, compenetrado, e a caminho da Câmara Municipal, sempre levando um enorme livro embaixo do braço. Era um dicionário, pois uma de suas preocupações era não cometer erros de português.

A questão que se refere às profissões dos genitores. Para esta questão utilizei-me das nomenclaturas atribuídas pelos próprios informantes sobre as profissões dos pais. É necessário esclarecer que quando os informantes referem-se ao pais como agricultores ou lavradores, em ambos os casos, significa que são trabalhadores do campo e que não eram proprietários agrícolas, mas vendiam sua força de trabalho, ou se tratava de meeiro. Outro dado importante é que pedi

que nomeassem a profissão dos pais quando estes (informantes) estavam em idade entre a infância e adolescência e não sobre a atual profissão dos pais.

Ao analisarmos as profissões exercidas pelas mães dos informantes verificamos que entre as mesmas, dezenove (ou seja, a maioria), realizavam trabalhos domésticos, cuidando da própria casa, dos filhos e do marido e foram classificadas pelos informantes como “do lar” ou “dona de casa”. Três eram lavradoras; uma era lavradora e empregada doméstica; duas empregadas domésticas; uma diarista e costureira; uma costureira; uma comerciante e uma zeladora. Apenas três das mães dos entrevistados têm curso superior (1 professora, 1 pedagoga, 1 promotora de justiça).

No que concerne à profissão do pai de cada informante através do quadro abaixo, verifica-se a forte presença de trabalhadores braçais, sem qualificação, sendo que destes, 11 exerciam trabalhos no meio rural (agricultores, lavradores e meeiro). As outras profissões que aparecem e que não exigem necessariamente qualificação escolar: ensacador, servente e peixeiro (vendedor de peixe), comerciante, pedreiro, caminhoneiro. Há um sitiante, segundo o informante, um pequeno proprietário que se tornou depois funcionário público. Dos pais que completaram o ensino superior, três ao todo, as profissões exercidas são as seguintes: médico, advogado e escrivão de polícia. Outras profissões que aparecem são: músico, mecânico, funcionário público, comerciário (proprietário de estabelecimento comercial de pequeno porte).

Quanto à profissão dos pais (tanto pai quanto mãe) dos entrevistados podemos concluir que entre as atividades ocupacionais há uma predominância de trabalhos exercidos no meio rural, e trabalhos urbanos que exigem pouca qualificação, o que era de se esperar em decorrência da baixa escolaridade dos mesmos. Neste sentido, da mesma forma que ocorre quando consideramos o grau de instrução, a distância em que se encontram pais e filhos também é muito

acentuada, podendo-se inferir dessa situação uma mobilidade social intergeracional ascendente para a grande maioria dos entrevistados.

As questões discutidas a seguir tratam da escolaridade dos informantes, instituição e curso superior realizado e se os mesmos estudaram ou não em escola particular antes de realizar o ensino superior. Em relação ao grau de instrução do informante apenas dois não cursaram o ensino superior (atualmente são empresários) e um está em fase de conclusão (e atualmente é funcionário público). Todos os demais 30 informantes concluíram pelo menos um curso superior. Estes dados estão em acordo com os obtidos pelo Censo demográfico do IBGE, para o ano de 2000, segundo o qual,

[...] nota-se que os chefes de família da classe média brasileira possuem uma escolaridade bastante superior à encontrada na população como um todo, Para se ter uma dimensão disso, basta registrar que 97,3% dos chefes de família pertencentes à classe média estudam ou já estudaram. [...] Entre os chefes de família pertencentes à classe média que estudam atualmente, é possível notar – se comparados aos chefes de família da população em geral. – que uma grande parcela dos chefes de classe média situa-se nas faixas mais altas de escolaridade, principalmente no que se refere à graduação, mestrado e doutorados. [...] Para o conjunto da população, dentre os chefes de família que estudam, apenas um quarto está matriculado num curso superior. [...] Ressalte-se que as relações entre renda e escolaridade revelam-se profundamente complexas. Se é verdade que quem possui mais escolaridade tem mais chances de se encaixar num emprego de maior nível de renda, também não se pode esquecer de que – num país em que não se logrou universalizar o acesso à educação pública nos seus mais variados níveis – os maiores salários também permitem financiar o acesso à educação.” (GUERRA, 2006, p. 83-85)

Dentre os entrevistados, o curso escolhido com mais frequência foi o de Direito, realizado por 6 dos informantes, seguido pelo de História, realizado por 4 dos informantes. O terceiro curso superior em ordem de preferência dos informantes foi o de Física, realizado por 3 dos informantes. Os cursos de Ciências Sociais, Letras e Matemática foram realizados, cada um, por 2 informantes. Outros cursos que aparecem foram cursados por apenas um informante e são: Geografia, Comunicação Social, Agronomia, Jornalismo, Administração, Pedagogia, Psicologia, Educação Física, Estudos Sociais. Dentre os informantes, cinco realizaram dois cursos de graduação.

Embora 19 informantes se dediquem atualmente à docência, ao considerarmos os dados acima, a realização de cursos que atribuem o grau de licenciado e permitem o ingresso nas carreiras do magistério totalizam mais da metade dos cursos realizados pelos informantes desta pesquisa, o que pode ser entendido como uma tendência nacional também verificada nos cursos avaliados pelo Exame Nacional de Cursos Superiores ENC-2001, no qual se percebe “uma concentração de concluintes negros e pardos/mulatos em alguns cursos específicos” como os de Matemática, Letras, Pedagogia, Química, Física e Biologia. (LOPES, 2002, p. 31). Segundo a autora,

O elemento comum nestes cinco cursos com maior concentração de negros e pardos/mulatos é que todos eles possibilitam a licenciatura com exceção de dois cursos que aparecem na Região Norte. Isto confirma quando observamos os dados relativos à concentração dos alunos nos diversos cursos, é o curso de Biologia, que também permite a licenciatura. Assim, podemos perguntar: Por que os negros e pardos/mulatos se concentram nos cursos que oferecem Licenciatura? Diversas hipóteses podem ser consideradas nesta reflexão. Uma se refere ao mercado de trabalho da educação e suas condições atuais, a outra diz respeito ao prestígio social da função de professor, a qual, embora muito

desprestigiada nas últimas décadas, corresponde a um modelo mais próximo da experiência de vida desta população e é mais viável como projeto profissional. (LOPES, 2002, p. 33)

De acordo com as respostas obtidas, podemos constatar que os informantes estudaram majoritariamente em universidades públicas, 30 respondentes, ao todo, contra 2 que estudaram em faculdades particulares. Por outro lado, apenas 9 informantes estudaram em escolas particulares de ensino fundamental e médio antes do ingresso no ensino superior.

Para compreendermos o que pensam os informantes sobre a sua situação profissional, foi indagado se os mesmos estão satisfeitos com a ocupação atual e condições de trabalho, uma vez que alguns estudos sobre a discriminação de homens e mulheres negros no mercado de trabalho, constata-se que os negros geralmente ocupam cargos que não condizem com seu nível de escolaridade, sendo que esta situação se evidencia mais quanto mais anos de escolarização o indivíduo contar (SOARES, 2000).

PROFISSÕES DECLARADAS PELOS E OCUPAÇÕES EXERCIDAS PELOS INFORMANTES ATUALMENTE

OCUPAÇÃO ATUAL DO INFORMANTE / NÚMERO DE INFORMANTES

Professor universitário – 8

Assessor Jurídico – 1

Cargo de 1º escalão no governo municipal – 4

Engenheiro – 1

Jornalista – 1

Administrador de Empresa – 1

Advogado – 2

Vereador – 1

Médico – 1

Professor – 2

Delegado de Polícia – 1

Psicóloga – 1

Cargo comissionado no município –2

Repórter – 1

Promotor de Justiça – 1

Conselheiro Tutelar – 1

Empresário – 2

Gerente de Patrimônio - 1

PROFISSÃO DECLARADA PELO INFORMANTE

1- Professor Universitário

2- Sociólogo

3- Agrônomo

4- Geógrafo

5- Funcionário Público

6- Jornalista

7- Administrador de Empresas

8- Advogado

9- Professor

10- Jornalista

11- Professor

- 12- Professor universitário
- 13- Professor
- 14- Professor Universitário
- 15- Vereador
- 16- Médico
- 17- Professor Universitário
- 18- Professor Universitário
- 19- Promotor de Justiça
- 20- Professora
- 21- Advogado
- 22- Empresário
- 23- Professor Universitário
- 24- Empresário
- 25- Professor Universitário
- 26- Contador
- 27- Advogado
- 28- Delegado de Polícia Civil
- 29- Professor de Educação Física
- 30- Professor Universitário
- 31- Psicólogo
- 32- Engenheiro

No caso dos respondentes ao questionário, as respostas em relação a gostar ou não de seu local de trabalho, mostrou ampla satisfação, pois apenas um não quis responder e todos os demais (31) afirmaram que estão satisfeitos com seu local de trabalho, alguns disseram inclusive

que “gostam muito” e até “adoram”. Reforçando a satisfação indicada, apenas três informantes afirmaram que não estão satisfeitos com a sua profissão, dentre estes, dois são professores do Ensino Fundamental, e argumentaram que a sua insatisfação ocorre em virtude do salário que consideram muito baixo; o outro informante insatisfeito com a sua profissão, atua como vereador e sua insatisfação se deve à “falta de tempo para resolver todos os problemas em que se vê envolvido”, segundo suas palavras. Um outro informante que declarou não ter opinião formada sobre sua satisfação em relação à sua profissão, atua como professor universitário, este me explicou que está satisfeito “em termos”, pois gosta de ensinar e pesquisar, mas considera o ambiente universitário um espaço de conflitos estimulados por “ vaidade e carreirismo que atrapalham quem tem como maior objetivo a competência, o profissionalismo como professor e pesquisador”, segundo as suas palavras.

Levando-se em consideração que o rendimento médio de um trabalhador de classe média no Brasil “..alcança 9,9 salários mínimos mensais, enquanto o total dos chefes de família recebe somente 4,8 salários mínimos, ou seja, 51,5% a menos.” (GUERRA, 2006, p. 85), isso condiz com o nível de renda constatado entre os informantes, ou seja, a renda mensal obtida por 26 informantes situa-os num patamar acima entre 7 e 23 salários mínimos mensais aproximadamente, e apenas 6 informantes percebem rendimento individual entre 3 e 6 salários mínimos mensais, conforme os dados apresentados no quadro abaixo.

RENDA MENSAL DOS INFORMANTES (POR FAIXA DE RENDA)



Apenas para termos um parâmetro para avaliarmos os níveis de rendimento declarados pelos informantes, é necessário considerarmos que de acordo com os dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE, existem

“um pouco mais de 15,4 milhões de famílias de classe média, o que equivaleu a 31,7% do total de famílias existentes no país. Esse segmento populacional possuía uma renda familiar mensal entre R\$ 985,00 [6,5 salários mínimos] e R\$10,982,00 [72,7 salários mínimos]. Em valores de novembro de 2005, o piso e o teto da renda mensal das famílias de classe média equivaliam a R\$ 1.556,30 e R\$ 17.351,56, respectivamente, se corrigidos pelo INPC/IBGE. Ao se converter esse mesmo número de famílias em quantidade de pessoas, chega-se ao contingente de aproximadamente 57,8 milhões de brasileiros pertencentes à classe média brasileira. A partir disso, nota-se que a renda familiar per capita passa a ser de R\$ 263,00 [1,7 salário mínimo por membro familiar] e R\$2.928,00 [19,4 salários mínimos por membro familiar]” (GUERRA, 2006, p. 64).

Com relação à quantidade de horas de trabalho diário, o quadro abaixo demonstra que as respostas obtidas apresentam ampla variação. Há desde 1 informante que trabalha 4 horas por

dia, até 1 que trabalha quase que em tempo integral, só pára para dormir, como relatou o empresário que têm sua residência junto à sua empresa de médio porte. Mas totalizando aqueles que declaram trabalhar de seis a nove horas por dia, chegamos a um grupo de dezesseis indivíduos. Quatorze informantes trabalham mais que dez horas por dia. Um dos informantes disse não saber ao certo a quantidade de horas que trabalha diariamente e não quis dar um número inexato. É relevante correlacionarmos os dados acima apresentados com os dados referentes à classe média brasileira. Segundo Guerra, “o chefe de família de classe média no Brasil possui uma jornada semanal de trabalho equivalente a 48,3 horas, 4,1% acima da jornada do conjunto dos chefes de família ocupados no país” (GUERRA, 2006, p. 85).

2.3 – Religiosidade

No questionário aplicado, uma questão trata da religião dos genitores. A predominância é de genitores católicos, religião informada pelos respondentes como a adotada por 24 mães e 22 pais. Os evangélicos estão representados entre 4 mães e 1 pai. Dois pais e duas mães foram declarados de religiosidade “cristã”. Entre as mães, ainda, duas foram declaradas “católicas espíritas”, mesma declaração atribuída pelos informantes a dois pais. Entre os pais também constam 5 sem religião. É interessante o fato de que não observamos em nenhum dos casos a presença de religiões de matrizes africanas. É possível que estejamos aqui diante daquelas situações tão comuns em se tratando de religiosidade brasileira, em que as tradições religiosas de origem africanas não são assumidas, mas estão embutidas em outras religiões oficiais, talvez herança da história da vinda dos africanos para o Brasil, fenômeno que assim foi interpretado pelo professor Reginaldo Prandi:

Se a religião negra, ainda que em sua reconstrução fragmentada, era capaz de dotar o negro de uma identidade negra, africana, de origem, que recuperava ritualmente a família, a tribo e as cidades perdidas para sempre na diáspora, era por meio do catolicismo, contudo, que ele poderia se encontrar e se mover no mundo real do dia-a-dia, na sociedade do branco dominador, que era o responsável pela garantia da existência do negro, ainda que em condições de privação e sofrimento, e que controlava sua vida completamente. Qualquer tentativa de superação da condição escrava, como realidade ou como herança histórica, implicava primeiro a necessária inclusão no mundo branco (PRANDI, 1999, p. 96).

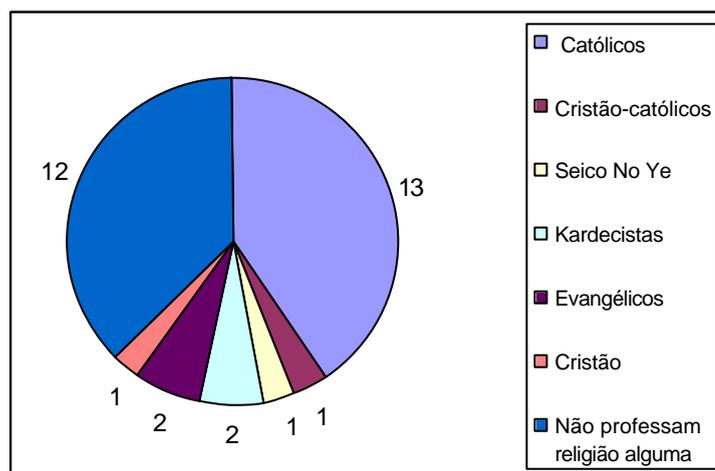
Ao incorporarmos a interpretação acima, como pertinente para entendermos a ausência de denominações religiosas afro-brasileiras entre os entrevistados e seus genitores, pode parecer que ao relacionarmos as identidades religiosas atuais à escravidão no Brasil seja forçar uma situação, porém, as condições históricas nas quais estavam inseridos os pais dos informantes, possivelmente estivessem permeadas pela religiosidade afro-brasileira, com maior ou menor ênfase, uma vez que os 24 dos informantes nasceram até 1969, seus pais viveram em uma época em que as circunstâncias em que ocorreu a Abolição da escravidão no país, bem como suas decorrências mais aparentes, estavam ainda bem próximas à memória. Neste sentido, pode-se inferir que os informantes que obtiveram mobilidade social, no que se refere à identidade religiosa, assumiram que suas famílias eram ou são adeptas de religiões de origem européia. Para aqueles que afirmaram que os pais eram “espíritas”, perguntei se esta afirmação estava relacionada às religiões de matrizes africanas, ao que responderam que não. Estes dados sobre a pertença religiosa dos pais dos informantes é também demonstrativo do número minoritário de adeptos de religiões afro-brasileiras na cidade de Maringá. Segundo o Censo do IBGE de 2000, apenas 135 munícipes se declaram adeptos do Candomblé ou da Umbanda. Embora provavelmente o número de indivíduos efetivamente adeptos das religiões afro-brasileiras na

85

cidade de Maringá seja maior, esta condição de religiosidade não declarada talvez tenha ocorrido também nesta pesquisa, o que também pode ser demonstrado através da resposta sobre a religiosidade católica dos pais dada por um informante, embora fosse do meu conhecimento que o seu pai já havia exercido a atividade de pai-de-santo.

Quanto à filiação religiosa dos pesquisados, 20 declararam professar alguma religião. Destes, 13 se declararam católicos, 1 cristão-católico, 1 Seicho No Ye, 2 Kardecistas, 2 evangélicos e 1 cristão. Dos entrevistados, 12 não professam religião alguma. Novamente é relevante ressaltarmos a não declaração de filiação religiosa afro-brasileira, como um dos componente da identidade dos informantes.

FILIAÇÃO RELIGIOSA DOS INFORMANTES



Indagados sobre a frequência ou não a reuniões, celebrações ou cultos religiosos com regularidade e, no caso de resposta afirmativa, em que bairro se situa o local ou templo frequentado, 23 dos informantes não frequentam reuniões ou cultos religiosos com regularidade, um outro respondeu que frequenta esporadicamente e 8 responderam que frequentam. Dos que vão aos cultos religiosos com regularidade, os templos frequentados situam-se majoritariamente nos bairros ou paróquias em que residem como Jardim Alvorada, Zona sete, Conjunto Sol

Nascente, Borba Gato, Paróquia Maria Goreth, e conjunto Herman Morais de Barros. Apenas um dentre os informantes que frequenta cultos regularmente, afirmou frequentar a igreja católica mais central na cidade que é Catedral Nossa Senhora da Glória.

2.4 – Estilo de vida e consumo

Ao analisarmos o local de moradia declarados pelos informantes, percebemos que todos residem no meio urbano e a quantidade que reside no centro ou em bairros centrais é maior do que a quantidade que reside em bairros mais distantes do centro de Maringá. Verificamos que 24 dos informantes possuem casa própria e dentre esses apenas um adquiriu-a por herança. Oito informantes residem em imóveis alugados. Doze dos entrevistados possuem mais do que uma propriedade imóvel e dentre estes nenhum adquiriu-as por herança. Também é indicativo das condições sócio-econômicas dos informantes o fato de que 20 declararam que empregam trabalhador doméstico, sendo que um dos entrevistados têm dois empregados domésticos.

O consumo realizado pelos informantes pode se constituir em uma variável importante para uma discussão sobre as influências do acesso a determinados bens e serviços como simbolicamente representativos da sua posição social e estilo de vida, e que, portanto, pode incidir sobre a construção da identidade de indivíduo negro de classe média. Como uma parcela considerável das populações negras está praticamente excluída do acesso ao consumo⁴, ter acesso a alguns bens ou serviços considerados onerosos e prestigiosos pode se constituir em uma “estratégia de distinção”, para utilizarmos uma expressão de Bourdieu (1996), e que levaria a um distanciamento no espaço social, em relação aos outros negros que se encontram nas condições

sócio-econômicas mais problemáticas e demais segmentos que se situam na base da pirâmide sócio-econômica do país. Leva-se em consideração, portanto, os resultados da pesquisa de Maureen O'Dougherty, segundo os quais

“... A associação entre classes médias e consumo, tão comum a literatura, mostra que o consumo é um recurso central na formação da identidade dessa classe... Pelo consumo, o indivíduo ou grupo podem demonstrar uma identidade de classe, distinguindo-se de outros de diversas maneiras ou “diluindo” as diferenças... A própria busca de distinção e separação social por parte de um determinado indivíduo ou grupo em relação aos demais... é uma das maneiras pelas quais a classe média revela sua unidade, pois indica um projeto social comum e uma estratégia semelhante” (O'DOUGHERTY, 1998, p. 411-415).

Também de acordo com o estudo publicado por Guerra (2006, p. 88), “quem pretende entender a classe média não pode deixar de lado algo fundamental na diferenciação e identificação desse grupo: o padrão de consumo. [...] Deve-se mencionar também que o consumo representa um diferencial importante na caracterização de toda a classe média, especialmente aquele pertencente aos postos de trabalho assalariado”. Por conseguinte, vamos, então, discutir alguns aspectos do padrão de vida individual e familiar dos informantes. Pode-se adiantar que ao responder a indagação sobre a satisfação com o seu padrão de vida, 23 informantes responderam que estão satisfeitos e 9 se declararam insatisfeitos com seu padrão atual de vida.

Dos entrevistados, 20 são casados e 12 estão atualmente solteiros. Dos 32 pesquisados, nove não têm filhos e 23 os têm, dentre estes, o número médio da quantidade de filhos por informante é de 2 cada um, apenas um informante têm quatro filhos, quatro têm três filhos e os outros têm um filho. É flagrante a coincidência entre os dados obtidos relativos aos pesquisados

⁴ Apenas para recordarmos um parâmetro comparativo de âmbito nacional, segundo Henriques (2003, p. 13-14) “Os negros representam 45% da população brasileira, mas correspondem a cerca de 65% da população pobre e 70% da população em extrema pobreza.”

na cidade de Maringá e as informações relativas à classe média brasileira. Segundo Guerra, “quanto ao estado civil, a classe média possui um número maior de chefes de família casados, se comparado à população em geral. Dessa maneira, 2/3 dos chefes de família da classe média são casados, enquanto numa totalidade brasileira, esse número atinge pouco mais de 1/2 da população.[...] “O chefe de família de classe média possui uma escolaridade média quase 40% superior ao do conjunto dos chefes de família que trabalham. Também possui 1,2 filho a menos que o total dos chefes de família do país” (GUERRA, 2006, p. 83-85).

Algumas questões possibilitam conhecermos quais os locais prediletos para os momentos de lazer e se o informante frequenta clubes de acesso restrito aos associados. A variedade de espaços de lazer constatada nas respostas contrasta com a baixa frequência a clubes fechados. Apenas quatro são sócios de clubes mais restritos como o Maringá Clube, *Country Club* de Maringá, Clube Olímpico de Maringá e Clube Hípico de Maringá. Esta informação é indicativa do que é possível constatar nos clubes de lazer da cidade que não são clubes de profissionais de determinadas categorias ou que não são associações profissionais, e apresentam uma quantidade muito pequena de associados negros. Para ser associado de um desses clubes acima nomeados é necessário comprar uma cota, pagar uma mensalidade e ser apresentado por um antigo sócio do clube. Os dois primeiros fatores, de ordem financeira, não aparecem como indicadores decisivos entre esses informantes para a não associação. Por outro lado, a associação a esses clubes está ligada à participação em redes de relações informais da cidade, nas quais poucos negros estão diretamente ligados. É relevante ressaltar que dentre os poucos informantes (quatro ao todo) que são associados a estes clubes, um não frequenta por que não gosta, somente sua esposa e filhos pequenos vão para o clube; em compensação uma das informantes é sócia e frequenta dois desses clubes, um outro frequenta esporadicamente e o último é frequentador assíduo e já fez parte da diretoria de um desses clubes, neste caso vale ressaltar que entre os quatro que se

declararam associados a clubes de lazer da cidade, este é o único ex-atleta, aliás um ex-atleta de futebol que já obteve reconhecimento na cidade, fator que talvez tenha contribuído para que este tenha alcançado postos de direção em que normalmente não se encontram negros em seu clube de lazer. Também pode ser considerado um indicador importante sobre as condições de vida dos informantes o fato de que ao serem indagados se praticam algum esporte, 23 dos entrevistados responderam que sim, ou seja, praticam algum esporte, e apenas nove não praticam nenhuma modalidade esportiva. Os esportes praticados são bem variados (musculação, estepe, futebol, dança, dança do ventre, bocha, natação, capoeira, tênis, vôlei, caminhadas, xadrez, atletismo, academia e basquete). É relevante ressaltarmos que embora a maioria dos informantes pratique atividades esportivas regularmente, como vimos acima, poucos são sócios dos clubes de lazer e esporte da cidade.

Associado ao hábito de praticar esporte, que envolve a posse de informação sobre a importância da atividade esportiva para a saúde e qualidade de vida, e também disponibilidade de tempo para a atividade, para avaliarmos se os informantes adotam um estilo de vida que pode ser considerado favorável a uma maior longevidade, foi indagado se o informante é ou não fumante e se possui o hábito de ingerir bebidas alcoólicas. Dentre os informantes, seis são fumantes e 26 declararam que não fumam. Quanto ao hábito de beber bebidas alcoólicas, dos informantes grande maioria bebe algum tipo de bebida alcoólica. No total 28 responderam que sim. Destes, 14 consomem bebidas alcólicas esporadicamente, 10 semanalmente e 3 o fazem diariamente. Há uma variedade de bebidas alcólicas prediletas, que indica que o tipo de bebida e sua marca e procedência não são critérios utilizados para a escolha da bebida, sendo que a cerveja tem a preferência de nove dos informantes, seguida pelo vinho com a preferência de 7 respondentes; 6 responderam que não têm bebida preferida. Outras bebidas aparecem apenas citadas uma vez cada uma como “chopp”, “bebidas destiladas”. Em síntese, a maioria dos

90

informantes não é composta por fumantes e nem possuem o hábito de beber bebidas alcoólicas diariamente.

Ainda relacionado a um estilo de vida que expressa cuidado com a saúde e a perspectiva de longevidade e qualidade de vida, foi indagado se os informantes possuem plano de saúde, o que implica não só a preocupação com o acesso aos serviços de saúde, mas também uma renda disponível para arcar com a mensalidade do convênio médio. Dos informantes, 26 responderam que têm plano de saúde e apenas 6 declaram que não têm plano de saúde.

Sobre o hábito de tirar férias entre os 32 informantes, apenas três não costumam tirar férias anuais. Dos que tiram férias anualmente, 13 tiram um mês ou mais de férias, 5 tiram de 15 a 20 dias de férias, seis informantes tiram entre 7 e 10 dias anuais de férias. Das questões que referem-se às viagens, percebe-se que poucos não tem o hábito de viajar nas férias, cinco no total. Dentre as variações em termos de quantidade de dias que permanecem viajando nas férias, o mínimo é de uma semana e há os que ocupam as férias toda para viajar, 30 dias ou mais. A maior parte dos entrevistados (17 ao todo) prefere viajar para o litoral, alguns viajam para as praias do sul do país, principalmente as de Santa Catarina e Paraná, outros vão para os litorais do nordeste e de São Paulo. Dois viajam anualmente para o exterior, e vários utilizam a época das férias também para visitar os parentes que moram em outros Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba entre outros. Um dos informantes afirmou não ter preferência por lugares para viajar e quando se aproximam as férias busca por destinos turísticos elaborados por agências de viagens. Os informantes também foram indagados se já realizaram viagens para outros países, sendo que 22 afirmaram que sim e 10 afirmaram que não. Dentre os informantes que viajaram ao exterior, 12 realizaram viagens para os países da América do Sul fronteira com o Brasil e América Central, mas 10 informantes responderam que viajaram para

os Estados Unidos, vários países da Europa. Apenas 1 informante declarou que já realizou viagem à África.

Algumas questões apresentadas aos informantes permitem o levantamento de dados que podem evidenciar um estilo de vida voltado para o chamado consumo de bens de luxo. Leva-se em consideração, a esse respeito que em um contexto social e histórico em que o acesso ao consumo pode ser uma estratégia para a obtenção e conservação do reconhecimento por parte dos outros, segundo Veblen (1983, p. 22), não é suficiente que “... o homem tenha simplesmente riqueza e poder. É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração”. Neste sentido, um estilo de vida voltado para o consumo de determinados bens e serviços considerados de difícil acesso por parte da maioria da população pode ser uma estratégia de distinção social. Levando em consideração tal pressuposto sociológico sobre o consumo nas sociedades modernas, foi indagado se os informantes possuem o hábito de usar perfume e qual a marca do mesmo, em caso afirmativo. Dentre os entrevistados apenas 9 não costumam usar perfumes. Os outros 23 informantes usam perfumes variados. Um deles respondeu que usa os perfumes que estiverem em seu armário e que são escolhidos por sua esposa, que é quem costuma fazer este tipo de compra para ele. Todos os outros informantes têm suas preferências, alguns preferem mais de um perfume e os nomes dos perfumes ou marcas citadas foram as seguintes: “Y da Natura”, “Ekos”, “Biografia”, “Gabriela Sabatini Summer”, “Natura”, “Hugo Boss”, “Natura-Homem”, “Paloma Picasso”, “Paco Rabane”, “Buriti”, “Jácomo”, “Estile to Animal”, “Caiake”, “Duna”, “Azarro”, “Pólo Esporte”, “Boticário”, “Doce Gabana”, “Animale”, “Angel”, “Sex”, “Carolina Herrera”, “Escada”, “Loção Blue”, “Geovanna Baby” e “Kouros”. Uma avaliação superficial da listagem acima indica que os informantes da pesquisa utilizam-se de perfumes que embora tenham um valor talvez proibitivo para a maioria da população, são relativamente de fácil acesso no mercado

nacional. Quanto à marca de roupa preferida, dentre os entrevistados, 24 responderam que não têm predileção por roupa de determinada marca, neste sentido alguns complementaram que vestem o que “lhe cai bem”; outros são as esposas que compram suas roupas; e outros dizem que avaliam o preço relacionado à qualidade da roupa mas que não se preocupam com a marca. Apenas oito dos informantes têm preferência por marcas de roupas. As marcas prediletas são: “Yath’s Man”; “Opananken”; “Ozmoze”, “Dammyler”; “Pinin Farina”; “Lacoste”; “Le Lis Blanc”; “Ellus”; “Gioconda”. Com estas respostas, associadas à questão sobre nome e marca de perfume, pode-se inferir que os informantes estão realizando um consumo que pode ser considerado como uma estratégia para o estabelecimento de barreiras simbólicas com relação à população de baixo poder aquisitivo, mas que também não lhes permitem competir com as camadas sociais que possuem acesso a roupas exclusivas e perfumes raros e de preço proibitivos para os trabalhadores assalariados.

Um outro conjunto de questões refere-se ao padrão de consumo de bens simbólicos. De fato, uma parcela considerável da renda dos informantes é destinada a custear o acesso à informação e ao entretenimento. Dos 32 informantes, 19 são assinantes de televisão por assinatura e 13 só possuem acesso à televisão aberta em suas residências. Indagados sobre o hábito de leitura, apenas 1 informante declarou não ter o hábito de ler livros regularmente. Dos 31 informantes que costumam ler livros, 27 declararam que costumam ler anualmente entre 3 e 10 livros e 4 informantes afirmaram que lêem entre 10 e 20 livros. Ainda sobre o hábito de leitura, os 32 informantes declararam-se leitores regulares de jornais diários, sendo que o jornal Folha de São Paulo é o preferido por 19 dos entrevistados. Uma resposta que indica uma preocupação dos informantes com relação ao acesso a um órgão de comunicação impresso de abrangência nacional. Mas, seis informantes responderam preferir o jornal Folha de São Paulo juntamente com algum outro jornal. Somando-se, 25 dos informantes dão preferência à Folha de

São Paulo. O segundo jornal na preferência dos respondentes é “O Diário do Norte do Paraná”. Trata-se do jornal publicado na cidade de Maringá com maior circulação na cidade e região, sendo o preferido por 5 dos entrevistados. Ainda são citados o jornal “O Estado de São Paulo”, lido regularmente por 4 dos informantes, e os jornais “Folha de Londrina”, “Gazeta Mercantil”, “O Globo”, “Gazeta do Povo”, mencionados por dois informantes. A próxima questão refere-se à revista semanal preferida. As revistas mais mencionadas foram “Veja”, preferida por 8 dos entrevistados e “Isto É”, preferida por 7, “Caros Amigos” contou com a preferência de 6 entrevistados. Outras revistas que foram citadas: “Marie Claire”, “Cláudia”, “Cult” e “Super Interessante” com a preferência de dois informantes cada uma. As revistas “Nossa História”, “Raça”, “Teoria e Debate”, , “Nova”, “Exame” e “Manequim” aparecem citadas uma vez cada uma. Dois informantes responderam que não tem preferência por nenhuma revista.

Também foram apresentadas para os informantes três questões relativas ao acesso de informações e à conexão por computador através da Internet. Dentre os entrevistados 25 responderam que têm computador em casa e 7 não possuem computador em casa. Dentre os 25 que possuem computador em suas residências, apenas um não utiliza o computador para trabalhar, ou seja, 24 informantes utilizam o computador também como uma ferramenta de trabalho. Os 25 informantes com computador em casa estão conectados à Internet.

2.5 – Participação política

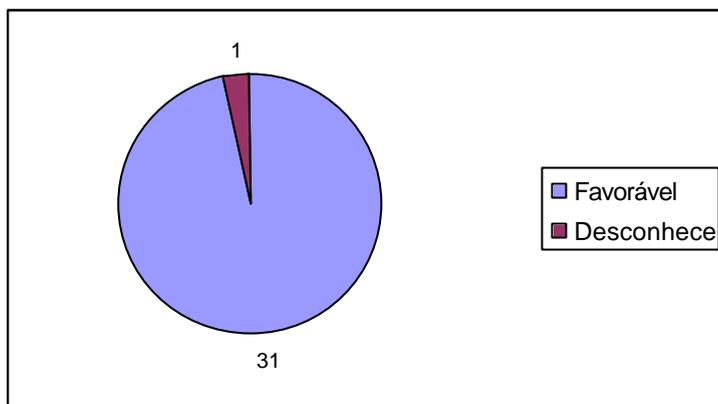
Podemos observar, analisarmos as questões relativas à participação política dos informantes, se existe mesmo uma proximidade no espaço social quanto às concepções e práticas políticas institucionais. Uma das questões apresentadas aos respondentes, diz respeito à sua preferência por algum partido político e em caso afirmativo, qual seria o partido. Dos

informantes, 15 afirmaram não ter preferência por partido político, e 17 afirmaram que têm preferência por um determinado partido. Dentre os partidos o PT, é o preferido por 13 dos informantes que têm preferências partidárias, depois aparecem, uma vez o PP, uma vez o PFL, uma vez o PMDB, e uma resposta em que o informante diz preferir partidos de esquerda sem nomear um partido específico.

Para avaliarmos a participação política dos informantes, a preferência por um partido político pode ser complementada com a resposta à questão sobre a participação efetiva como militante em algum partido político. Dentre os informantes, 11 responderam que são militantes de partidos políticos, destes, 9 são militantes do PT, 1 do PP, 1 do PFL, e 21 afirmaram não serem militantes partidários.

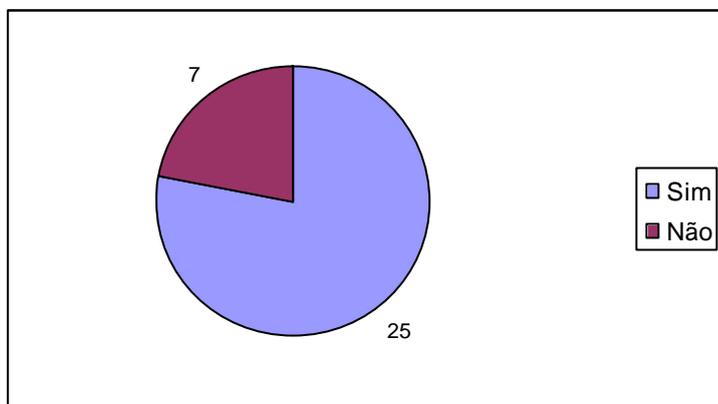
As informações apresentadas acima indicam que a maioria dos informantes não privilegia a participação política através de partidos políticos, embora um número considerável não despreze esta via de participação. Entretanto, ao correlacionarmos tais informações com as obtidas através da questão seguinte, na qual é indagado se o informante é favorável, contrário, desconhece ou é indiferente às atividades dos movimentos sociais negros, podemos perceber que também está fortemente pronunciada no conjunto dos indivíduos pesquisados a necessidade de participação política através dos movimentos sociais. Dentre os entrevistados, 31 se declararam favoráveis e apenas um afirmou desconhecer as atividades do Movimento Negro.

POSICIONAMENTO DOS INFORMANTES QUANTO ÀS ATIVIDADES DO MOVIMENTO NEGRO



Uma outra indagação que traz indicações sobre a participação política dos indivíduos considerados negros de classe média na cidade de Maringá é a questão que busca informações sobre a importância que os informantes atribuem à filiação às entidades representativas de suas respectivas categorias profissionais. Neste sentido, sete não consideram importante e vinte e cinco consideram importante filiare-se às entidades representativas. Mais uma vez, ficando confirmada entre os respondentes que os canais de participação política mais valorizados são os movimentos sociais organizados e os movimentos políticos baseados em associações profissionais. Para os indivíduos pesquisados, portanto, não é correto afirmarmos que não valorizam a participação política individual e coletiva.

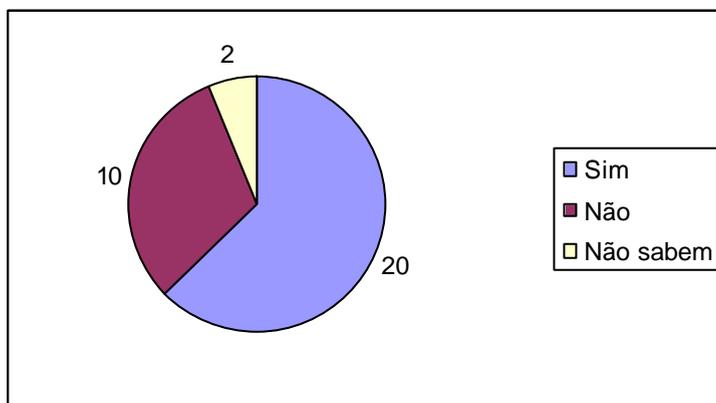
INFORMANTES QUE CONSIDERAM IMPORTANTE A FILIAÇÃO EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE SUAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS



A questão acima discutida, sobre a favorabilidade dos informantes às atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais negros também pode ser correlacionada com a questão seguinte, referente à adoção de políticas de ações afirmativas por parte do Estado brasileiro, mais especificamente sobre a adoção de cotas para negros em instituições universitárias. A questão apresentada aos respondentes gerou a necessidade de uma maior e um pouco mais demorada reflexão por parte de vários informantes, que demonstravam sentir muitas dúvidas sobre o tema da adoção de cotas para o ingresso de negros nas universidades. Embora tenham aceitado se posicionarem, alguns sentiram necessidade de argumentar em favor de seu posicionamento. Isso ocorreu principalmente com alguns informantes que responderam serem contrários às cotas nas universidades. Os informantes que afirmaram não terem posicionamento também procuraram argumentar para esclarecerem seus motivos. As respostas obtidas foram as seguintes: 20 Sim (favoráveis à adoção de cotas para negros nas universidades), 10 Não (contrários à adoção de cotas para negros nas universidades). 2 declararam que não têm posicionamento definido. Considerando, pois, que 31 informantes se declararam favoráveis às atividades dos movimentos sociais negros e apenas um afirmou desconhecer tais atividades; considerando, ainda, que 20

informantes se declararam favoráveis à adoção das cotas para negros nas universidades; ao correlacionarmos estas respostas com a auto-identificação dos informantes no que se refere à “cor ou raça”, apresentada acima, de acordo com a qual 22 informantes se declararam negros; 2 pretos; 1 mulato; 1 brasileiro; 1 afro-descendente; 3 pardos; 1 moreno e 1 mestiço-moreno-mulato, e ainda as respostas à questão que indagou se o informante “Já foi vítima de atitude racista?”, através da qual obtivemos respostas que indicam que 22 informantes responderam “Sim” e 10 responderam “Não”, podemos considerar que os informantes deixaram bastante explícita o seu sentimento de pertencimento a um conjunto social que é classificado como negro pelos não-negros.

INFORMANTES FAVORÁVEIS OU NÃO À ADOÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES



Em vista do exposto neste capítulo, pode-se associar as informações obtidas através dos questionários aplicados junto aos indivíduos informantes desta pesquisa, ao padrão social, econômico e educacional do conjunto da classe média brasileira, pois, segundo os estudos publicados sobre a coordenação de Guerra,

“Em razão disso, o assalariamento assumiu o papel de principal elemento criador e sustentáculo da classe média. No entanto, dado esse papel do assalariamento, a classe média tende a adotar também outros mecanismos de diferenciação social importantes. Entre eles, destacam-se, por exemplo, a busca pela diferenciação associada à aspiração cultural e à meritocracia educacional. Ademais, a classe média termina estabelecendo por ideal o reino da realização profissional, do desempenho destacado nas estrutura de poder e da vida cercada pela comodidade do padrão de consumo de maior renda possível... Nesse sentido, a classe média caracteriza-se por se tornar uma massa consumidora avantajada de bens e serviços, de certa forma, o consumo assume um “valor suplementar” de relacionamento e de aparência, capaz de possibilitar identificação com elevado status social, detentor do projeto mais amplo de prosperidade fundado na ascensão e mobilidade intergeracional. Por isso, a classe média termina comprometendo parcelas significativa de sua renda em gastos “inversionais”, como roupas, habitação, diversões, educação, bem acima das despesas com “autoconservação” [alimentação e saúde]. Da mesma forma, o padrão de consumo da classe média contempla situações de “fachada”, identificado com a idéia de parecer mais do que é, por meio da presença em meios financeiramente mais elevados, ao se vestir bem, freqüentar locais de alta renda, muitas vezes à custa do endividamento” (GUERRA, 2006, p. 88-89).

Os resultados apresentados neste capítulo trazem, portanto, informações sobre escolaridade, renda, ocupação, posição social, religiosidade, estilo de vida e participação política dos informantes que são condizentes com a resposta à questão que indaga o informante sobre a sua satisfação ou não com o seu padrão de vida, uma vez que dos 32 informantes, 23 responderam que estão satisfeitos e 9 se declararam insatisfeitos com seu padrão atual de vida. As mesmas informações também indicam que os informantes não herdaram uma quantidade de

capital econômico que possa ter alavancado o seu processo de mobilidade social ascendente, o que também indica que o acesso à educação escolar de qualidade e a conclusão de pelo menos um curso superior foi o fator que possibilitou a mudança da condição sócio-econômica familiar originária para a atual, indicando a ocorrência de uma mobilidade social intergeracional ascendente. Como vimos, os informantes, em sua maioria, originam-se de famílias pobres ou extremamente pobres, muitos de origem rural, com pais analfabetos ou com pouco estudo formal, que não se enquadrariam em uma definição de classe média. Portanto, os pesquisados compõem a primeira geração de classe média de suas famílias, o que implica que para se adequarem ao campo que permeia as relações de classe média, necessitaram se envolver com um novo *habitus* de classe.

Considerações finais

Quando a noção de classe social é empregada em um estudo, quase sempre está pressuposto que trata-se de coletividades que formam um todo abrangente que reúne uma diversidade de categorias sociais e sujeitos individuais que através da classe podem adotar uma prática coletiva como uma agência social que intervém no espaço político para apresentar as suas reivindicações econômico sociais e culturais. Como foi explicitado no primeiro capítulo desta dissertação, como pressuposto teórico para a análise e interpretação das respostas obtidas a partir da aplicação dos questionários em um conjunto de indivíduos classificados como negros de classe média na cidade de Maringá, optamos por uma noção mais aberta e flexível de classe social presente na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, considerada aqui como um agrupamento social que possui uma existência potencial como sujeito coletivo, a partir da proximidade dos seus possíveis membros no espaço social e da necessidade de atuação política coletiva antevista pelos mesmos a partir das relações de competição pela realização de determinados interesses individuais e coletivos. Em outras palavras, como vimos, muito longe de serem consideradas como agrupamentos com posições fixas e com características essencializadas, as classes sociais, para Bourdieu, podem se constituir em determinadas conjunturas políticas a partir da proximidade das posições sociais ocupadas pelos sujeitos, proximidade esta que pôde ser constatada ao relatarmos no segundo capítulo desta dissertação as informações obtidas a partir a aplicação de um questionário junto a 32 indivíduos negros.

Para a população negra de classe média a superação dos estereótipos vinculados à cor, (admitindo-se que os negros se encontram muito freqüentemente realizando atividades

desprestigiadas socialmente), constitui-se um problema que podemos associar a uma redefinição da própria identidade negra no Brasil. Foi o que pudemos constatar também a partir da leitura dos relatos apresentados que nos informam sobre a desconfortável experiência de muitos negros que ao saírem dos espaços familiares, do trabalho ou da vizinhança, onde todos o conheciam, não são atendidos em espaços públicos ou privados de acordo com o respeito e deferência que um não-negro seria atendido nas mesmas condições. Esta constatação coincide com a afirmação realizada por Hasenbalg e Silva, que também apontam para as dificuldades específicas dos indivíduos considerados negros em nossa sociedade com relação a ascensão social, uma vez que estes “...sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos na mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas” (HASENBALG; SILVA, 1988, p. 177).

Ao analisarmos as relações sociais desses indivíduos negros que obtiveram mobilidade social ascendente, pudemos constatar que estes, mesmo ocupando posições valorizadas socialmente, vantajoso poder aquisitivo, acesso à espaços permitidos para uma elite econômica e cultural, continuaram como alvos de preconceito e discriminação racial. Neste sentido, os elementos levantados nesta pesquisa indicam que o racismo em relação aos negros no Brasil, e na cidade de Maringá, em particular, não é apenas um problema provocado pelo pertencimento dos negros às classes sociais populares, como muitos ainda acreditam, mas é resultado de preconceitos raciais arraigados.

Considero que as situações de discriminação narradas podem ser interpretadas de acordo com as formulações de Oracy Nogueira (1979) sobre as relações raciais no Brasil, que indicam que em muitas situações a discriminação aparece como preterição do negro em determinados lugares e situações. Embora não sendo explícita no sentido verbal ou de atitude conscientemente

racista, os danos causados por tais acontecimentos, que se repetem durante toda a vida dos negros em uma sociedade racista, ainda não foram devidamente dimensionados por psicólogos, sociólogos, e outros estudiosos do comportamento humano porém, não é difícil perceber as marcas deixadas por tais lembranças. Em alguns depoimentos, os informantes marejavam os olhos no decorrer destes relatos, alguns deixaram que as lágrimas rolassem em suas faces, ou aparentaram conter as emoções para parecerem objetivos nas descrições. As fortes emoções trazidas por essas lembranças foram expressas tanto por homens quanto por mulheres, militantes de movimentos negros, de partidos políticos ou profissionais distantes de discussões politizadas que se mostraram feridos pelas marcas de uma racismo que nem sempre é passível de ser imputado criminalmente como tal.

Pode-se, portanto, confrontando as reflexões acima com os resultados alcançados a partir da aplicação dos questionários junto aos informantes desta pesquisa, apontar uma considerável coincidência entre os elementos definidores dos atributos próprios das classes médias apontados por Guerra (2006, p. 88-89) e as informações fornecidas pelos informantes, que residem e atuam profissionalmente na cidade de Maringá. Em sua quase totalidade estes encontram no trabalho assalariado o meio principal para a obtenção dos seus proventos, ressaltando-se que a sua atuação profissional é resultante do esforço meritocrático de buscar melhores oportunidades de formação cultural, educacional e profissional que oportuniza para cada qual a ocupação de sua posição social e resulta na possibilidade de cultivo de um padrão de consumo que pode ser considerado proibitivo para as camadas populares da população brasileira, mas que está ainda muito distante do padrão de consumo das classes sociais formadas pelos grandes proprietários capitalistas, o que indica, ainda, segundo os resultados apresentados ao longo deste estudo, a ocorrência de um processo de mobilidade social intergeracional ascendente dos informantes em relação aos seus genitores. Outro aspecto a ser ressaltado é que a mobilidade social alcançada se

deu em decorrência da adoção de estratégias individuais e familiares dos informantes, e não através dos benefícios gerados pelo pertencimento a instituições sociais ou agrupamentos associativos.

Com relação à formação de uma identidade coletiva de classe, ficou demonstrado no segundo capítulo desta dissertação, que os indivíduos pesquisados consideraram importante a participação política através dos movimentos sociais, entidades representativas de categorias profissionais e partidos políticos. Também cabe recordarmos que nada menos do que 31 informantes dos 32 pesquisados, se declararam favoráveis às atividades dos Movimentos Negros, e 20 se declararam favoráveis à adoção de políticas de ações afirmativas por parte do Estado brasileiro, mais especificamente à adoção de cotas para negros em instituições universitárias. Ao correlacionarmos estas respostas com a auto-identificação dos informantes no que se refere à “cor ou raça”, apresentada no segundo capítulo, de acordo com a qual os informantes se declararam negros; recordando, ainda, que 22 informantes responderam que já foram vítimas de atitudes racistas, podemos concluir que os informantes deixaram bastante explícito o seu sentimento de pertencimento a um conjunto social que é classificado como negro pelos não-negros e possui uma trajetória social própria de sujeitos que também se auto-identificam como negros.

Pode-se considerar, então, que os informantes desta pesquisa estão em processo de formação identitária no que se refere à sua auto-identificação como negros e como membros de uma classe social, buscando para si e para seus descendentes formas de relações sociais e políticas, posições sociais e estilos de vida vinculados a um padrão de consumo diferentes das condições de vida dos seus genitores, o que permite que os consideremos como uma camada social em formação na cidade de Maringá a partir da sua inserção no espaço social e político da cidade como negros de classe média.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Thales de. *As Elites de Cor – Um estudo de ascensão social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.
- BARROS, João Fernandes de. Pastor Robson Brito: *Uma trajetória. Monografia de especialização*. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais, Maringá, Paraná, 2004.
- BERGER, P. & BERGER, B. “Socialização: como ser um membro da sociedade”, In: FORACCHI, M.M. E MARTINS, F.S. (org.). *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984.
- BORGES PEREIRA, João Batista. *Cor, Profissão e Mobilidade: O negro e o rádio em São Paulo*. São Paulo, Edusp, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1984.
- _____. *Meditaciones pascalianas*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1999
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- _____. *Razões práticas*. Campinas, Papyrus, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- DIAS, Reginaldo Benedito & GONÇALVES, José Henrique R. (Orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná*. Maringá, EDUEM, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- COELHO, Eva dos Santos. *Aracy: uma vida de luta e coragem*. Monografia de especialização. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais, Maringá, Paraná, 2004.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. “A mestiçagem no Brasil: armadilhas e impasses” in *Revista Margem* nº10. São Paulo/ FAPESP-EDUC , 1999.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes / Vol. 1*. São Paulo, Ática, 1978.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes / Vol. 2*. São Paulo, Ática, 1978.

_____. Luta de raça e de classes. In: *Teoria e Debate*. Nº 2, São Paulo (março, 1988).

FERNANDES, Nelito; BARBI, Daniela. “Classe média na raça”. In: *Revista Época*, Edição 290, São Paulo, Editora Globo, 08/12/2003.

FIGUEIREDO, Angela. *Novas Elites de Cor: Estudo sobre os Profissionais Liberais Negros de Salvador*. São Paulo, Ed. Annablume, 2002.

GUERRA, Alexandre / POCHMANN, Marcio / AMORIM, Ricardo / SILVA, Ronnie. (Orgs.) *Classe Média desenvolvimento e crise*. São Paulo, Cortez, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IANNI, Octávio. *Teorias de estratificação social*. São Paulo, Editora Nacional, 1978.

LOPES, Ana Lúcia. “Alunos negros-mestiços concluintes do Ensino Superior”: In: DURHAM, Eunice R. e BORI, Carolina M. (orgs.) Seminário O negro no Ensino Superior. NUPES, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. São Paulo, Universidade de São Paulo, dezembro de 2002.

MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1976.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. “Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil”. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

_____. *Político Negro, Negro Político*. São Paulo, Edusp, 1992.

O'DOUGHERTY, Maureen. "Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquia de "Cultura " e Consumo em São Paulo". In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 41, nº 2, 1998, pp. 411-444.

OLIVEIRA, Alaor Gregório. *A luta anti-racista em Maringá: Síntese memorialística*. Monografia de especialização. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais, 2004.

OLIVEIRA, Eliana de. *Mulher negra professora universitária: trajetória, conflitos e identidade*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, São Paulo, 2004.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. "O sistema classificatório "cor ou raça" do IBGE. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (orgs). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

PASTORE, José & VALE SILVA, Nelson do. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo, Makron Books, 2000.

PINHEIRO, Daniela. "A classe média negra". In: *Revista Veja*. Edição nº 1611 – ano 32 – nº 33. São Paulo, Editora Abril, 18/08/1999, p. 62-69.

QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. In: *Revista Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados. Vol. 18 – n. 50 (janeiro/abril 2004). São Paulo, IEA, 2004, p. 95-117.

RIBEIRO, M. S. P.. *O romper do silêncio: história e memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das Universidades Públicas do Estado de São Paulo*, 2001. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SANTOS, MILTON. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. “*Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil*”. In: *Novos Estudos* - nº55. São Paulo, CEBRAP, novembro de 1999.

Secretaria de Planejamento do Município de Maringá. *Perfil da Cidade de Maringá*. Prefeitura do Município de Maringá, 1996.

SILVA, Maria Nilza da. *A mulher negra: o preço de uma trajetória de sucesso*. Dissertação apresentada à Universidade Católica de São Paulo para obtenção do título de mestre, s/d.

SILVA, Tomaz Tadeu, *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Classes sociais e estratificação social”. In: FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza (org.). *Sociologia e Sociedade*. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1984.

VEBLÉN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

Anexo

Questionário N^o.

POSIÇÃO SOCIAL E ESTILO DE VIDA

1. Sexo: M (); F ().
2. Ano e local de nascimento:
3. Cor:
4. Local de nascimento dos pais: Mãe/Pai
5. Grau de instrução dos pais: Mãe/Pai
6. Profissão dos pais: Mãe/Pai
7. Religião dos pais: Mãe/Pai
8. Grau de instrução:
 - a) () Ensino fundamental incompleto.
 - b) () Ensino fundamental completo.
 - c) () Ensino Médio incompleto.
 - d) () Ensino Médio completo.
 - e) () Curso superior incompleto
 - f) () Curso superior completo.
- g) () Pós-graduação: Nível: () Especialização; () Mestrado; () Doutorado.
9. (Caso a resposta 4 seja as letras e, f e g) Qual o curso superior realizado?
10. Instituição onde realizou o curso superior:
11. Ano de conclusão do curso superior:
12. Estudou em escola particular antes de ingressar na universidade? Sim (); não ().
13. Local de residência (cidade e bairro):
14. É casado (a)? Sim (); Não ().
15. Tem filhos? Sim (); Não (). Quantos?
16. Qual o local que costuma freqüentar nos momentos de lazer?
17. Freqüenta algum clube? Sim (); Não (). Qual?
18. Gosta do seu local de trabalho? Sim (); Não ().
19. Quantidade de horas que trabalha diariamente:
20. Está satisfeito com a sua profissão? Sim (); Não ().
21. Emprega funcionários? Sim (); Não (). Quantos?
22. Considera importante a filiação às entidades representativas? () sim; () não.
23. Possui casa própria? () sim; () não. Adquiriu-o por: () compra; () herança.
24. Possui outra propriedade rural ou urbana? Sim (); Não ().
Adquiriu-o por: compra (); herança ().
25. Costuma tirar férias anualmente? Sim (); Não (). Por quantos dias?
26. Costuma viajar nas férias? Sim (); Não (). Por quantos dias? Para onde viaja geralmente?
27. Está satisfeito com o seu padrão de vida? Sim (); não ().
28. É assinante de TV a cabo? Sim (); não ().
29. Quantos livros costuma ler anualmente?
30. Qual o título e o autor do último livro que leu?
31. Pratica algum esporte? Sim (); Não (). Qual?

32. Já viajou para outros países? Sim (); Não (). Quais?
33. Qual o seu jornal preferido?
34. Qual a sua revista preferida?
35. Tem preferência por alguma marca de roupa? Sim (); Não (). Qual?
36. Possui computador em casa? Sim();Não().Utiliza-o para trabalhar? Sim(); Não()
Está conectado à Internet? Sim(); Não().
37. Possui plano de saúde? Sim(); Não ()
38. Renda mensal líquida:
() até R\$ 1 mil;
() de R\$ 1001 mil a R\$ 1500
() de R\$ 1501 a R\$ 2000
() de R\$ 2001 a R\$ 3000
() de R\$ 3001 a R\$ 4000
() de R\$ 4001 a R\$ 5000
() de R\$ 5001 a R\$ 8000
() mais de R\$ 8000
39. Fuma? () Sim; () Não. Marca de cigarro favorita:
40. Costuma beber bebidas alcoólicas? a) diariamente (); b) semanalmente ();
c) Esporadicamente (); Bebida favorita:
41. Na sua residência trabalha empregado doméstico? Sim (); Não (). Quantos?
42. Qual o Perfume que costuma usar:
43. Professa alguma religião? Sim (); Não (). Qual?
44. Frequenta reuniões ou cultos religiosos com regularidade? Sim (); Não (). Se sim, em que bairro se situa o templo?
45. Tem preferência por algum partido político? Sim (); Não (). Qual?
46. É militante de algum partido político? Sim (); Não (). Qual?
47. Com relação a cotas para negros nas universidades, é favorável? Sim(),Não()
48. Quanto às atividades do Movimento Negro, seu posicionamento é:
Favorável (); Contrário ().Desconhece()Indiferente()
49. Qual a sua ocupação atual?
50. Já foi vítima de atitude racista ?Sim (); Não ()

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)